

# CIDADANIA E EDUCAÇÃO FISCAL



Ensino Médio



# CIDADANIA E EDUCAÇÃO FISCAL

Ensino Médio



Brasília, 2026

Copyright © 2026

Este material didático é fruto de um protocolo de intenções firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE Ceará) e o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (COMSEFAZ).

## Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Ministro Raimundo Girão

C568      Cidadania e educação fiscal: ensino médio. / Tribunal de Contas do Estado do Ceará, Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal. - 1 ed. - Fortaleza: Edições IPC, 2026.

101 p. : il.

ISBN: 978-65-85874-21-2 (digital).

1. Cidadania. 2. Educação fiscal. 3. Ensino Médio. Tribunal de Contas do Estado do Ceará. II. Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação III. Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal. IV. Instituto Rui Barbosa. V. Título. CDU.:342.7:336.2

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário: Josimar Batista dos Santos. – CRB-3/1455

# Expediente

## Governo Federal

### Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

### Ministro de Estado da Educação

Leonardo Osvaldo Barchini Rosa

## Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

### Presidenta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba

### Chefe de Gabinete

Sylvia Cristina Toledo Gouveia

### Assessora Especial da Presidência

Juliana Isabelli Miguel Coelho

Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Anne Karine Bandeira Almeida

## Tribunal de Contas do Estado do Ceará

### Conselheiro Presidente

Rholden Botelho de Queiroz

### Conselheiro Vice-Presidente

José Valdomiro Távora de Castro Júnior

### Conselheiro Corregedor

Edilberto Carlos Pontes Lima

### Conselheira Ouvidora

Patrícia Lúcia Mendes Saboya

## Conselheiros

Soraia Thomaz Dias Victor

Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior

Onélia Maria Moreira Leite de Santana

## Conselheiros Substitutos

Itacir Todero

Paulo César de Souza

David Santos Matos

Fernando Antônio Costa Lima Uchôa Júnior

Manassés Pedrosa Cavalcante

Ministério Público junto ao TCE Ceará

José Aécio Vasconcelos Filho  
(Procurador-Geral)

Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre

Eduardo de Sousa Lemos

Leilyanne Brandão Feitosa

Júlio César Rola Saraiva

Cláudia Patrícia Rodrigues Alves Cristino

## Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo

### Diretor-Presidente

Conselheiro Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior

### Presidente do Conselho Consultivo Pedagógico

Conselheira Patrícia Lúcia Mendes Saboya

### Diretora-Geral

Marília Marinho de Andrade Oliveira

### Coordenadora de Educação Continuada, Extensão e Pós-Graduação

Cristiane Buhamra Abreu

**Gerente de Planejamento e Execução  
de Soluções de Aprendizagem**

Pedro Henrique Alves Camelo

**Gerente de Avaliação e Resultados de  
Soluções de Aprendizagem**

Hanuzia Pereira Ferreira

**Coordenador de Pesquisa, Inovação  
de Gestão da Informação**

José Iran Batista de Melo Filho

**Gerente de Pesquisa e Inovação**

Larissa Victor Mota

**Gerente de Gestão da Informação**

Josimar Batista dos Santos

**Coordenadora de Gestão,  
Infraestrutura e Logística**

Fabiola Pinheiro Donsouzis Cruz

**Gerente de Infraestrutura e Logística**

Fabrcio Bezerra Santos

**Gerente de Instrução Processual**

Paulo Alcântara Saraiva Leão

**Assessores Administrativos**

Carmen Cinira Correia Martins

Júlia Maria Pinheiro Pessoa

Raylena Pontes Cruz

**Servidores**

Márcio Bernardine Xavier

Marise Magalhães Bizarria Lopes

Vânia Maria Xavier Holanda

Virgílio Freire do Nascimento Filho

**Concepção do projeto e articulação  
com o Fundo Nacional de  
Desenvolvimento da Educação**

**Coordenadora de Educação  
Continuada, Extensão e Pós-  
Graduação do IPC (2022-2026)**

Eloisa Maria Vidal

**Diretor-Geral (2022-2026)**

Luis Eduardo de Menezes Lima

**Gabinete da Presidência - TCE Ceará**

Simone Coêlho Aguiar

**Comsefaz Gestão 2025/2027**

**Presidente**

**Secretário de Estado da Fazenda de  
Mato Grosso do Sul**

Flávio César de Oliveira

**1º Vice-Presidente**

**Secretário de Estado de Finanças de  
Rondônia**

Luis Fernando Pereira da Silva

**2º Vice-Presidente**

**Secretário de Estado da Fazenda do  
Ceará**

Fabrcio Gomes Santos

**3º Vice-Presidente**

**Secretário de Estado da Fazenda de  
Minas Gerais**

Luiz Cláudio Gomes

**4º Vice-Presidente**

**Secretário de Estado da Fazenda do  
Paraná**

Norberto Anacleto Ortigara

**5º Vice-Presidente**  
**Secretário de Economia do Estado de Goiás**

Francisco Sérvulo

**Diretor Institucional**

André Horta Melo

**Secretário de Estado da Fazenda do Acre**

José Amarísio Freitas de Souza

**Secretária de Estado da Fazenda de Alagoas**

Renata dos Santos

**Secretário de Estado da Fazenda do Amapá**

Jesus de Nazaré de Almeida Vidal

**Secretário de Estado da Fazenda do Amazonas**

Alex Del Giglio

**Secretário de Estado da Fazenda da Bahia**

Manoel Vitorio da Silva Filho

**Secretário de Estado da Fazenda do Ceará**

Fabrizio Gomes Santos

**Secretário de Economia do Distrito Federal**

Daniel Izaias de Carvalho

**Secretário de Estado da Fazenda do Espírito Santo**

Benicio Costa

**Secretário de Economia do Estado de Goiás**

Francisco Sérvulo Freire Nogueira

**Secretário de Estado da Fazenda do Maranhão**

Marcellus Ribeiro Alves

**Secretário de Estado da Fazenda de Mato Grosso**

Rogério Luiz Gallo

**Secretário de Estado da Fazenda de Mato Grosso do Sul**

Flávio César Mendes de Oliveira

**Secretário de Estado da Fazenda de Minas Gerais**

Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes

**Secretário de Estado da Fazenda do Pará**

René de Oliveira e Sousa Júnior

**Secretário de Estado da Fazenda da Paraíba**

Marialvo Laureano dos Santos Filho

**Secretário de Estado da Fazenda do Paraná**

Norberto Anacleto Ortigara

**Secretário de Estado da Fazenda de Pernambuco**

Flávio Martins Sodré da Mota

**Secretário de Estado da Fazenda do Piauí**

Emílio Joaquim de Oliveira Júnior

**Secretário de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro**

Juliano Pasqual

**Secretário de Estado da Fazenda do Rio Grande do Norte**

Carlos Eduardo Xavier

**Secretária de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul**

Pricilla Maria Santana

**Secretário de Estado de Finanças de Rondônia**

Luis Fernando Pereira da Silva

**Secretário de Estado da Fazenda de Roraima**

Manoel Sueide Freitas

**Secretário de Estado da Fazenda de Santa Catarina**

Cleverson Siewert

**Secretário de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo**

Samuel Yoshiaki Oliveira Kinoshita

**Secretária de Estado da Fazenda de Sergipe**

Sarah Tarsila Araújo Andreozzi

**Secretário de Estado da Fazenda do Tocantins**

Donizeth Aparecido Silva

**Agradecimentos**

**Gabinete Presidência - TCE Ceará**

Meiry Mesquita Monte

**Gabinete Presidência - TCE Ceará**

Moisés de Sousa Oliveira - Gabinete

**Coordenador Geral do GT66 - Educação Fiscal**

Cícero Roberto de Melo - (SEEC/DF)

**Secretário Executivo do GT66 - Educação Fiscal**

Vinícius de Queiroz Castanheira - (SEF/MG)

**Secretária Executiva Adjunta do GT66 - Educação Fiscal**

Clarissa Cavalcante Barroso (SEFAZ/CE)

**Ficha Técnica**

**Consultoria Técnico Pedagógica**

Caroline Falco Fernandes Valpassos (FNDE)

Dyovanna Depolo de Souza Pinto (FNDE)

**Revisão ortográfica**

LCR Serviços Cinematográficos Ltda.

**Coordenação Editorial**

Carla Honorato

**Revisão de Arquivo**

Carla Honorato

Eliana Oubiña

Maria Paula Ferreira

**Projeto gráfico e diagramação**

João Victor Dourado

Henrique Rehem Eça

**Ilustrações**

Lilian Pimentel

Maria Clara Cajaíba

Marcele Rebeca Araújo

# Apresentação

É uma honra compartilhar com cada um de vocês a essência deste projeto, que nasce da convicção de que a educação é um instrumento central para o fortalecimento da cidadania e da democracia. Ao tratar do papel social do tributo, esta iniciativa contribui para que estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio compreendam que os recursos públicos, oriundos da contribuição de toda a sociedade, são fundamentais para a garantia de direitos, a promoção da equidade e o desenvolvimento sustentável do país. Os livros “Cidadania e Controle Social das Contas Públicas” e “Cidadania e Educação Fiscal” foram concebidos para estimular a consciência crítica, o senso de corresponsabilidade e a participação social desde a escola, formando cidadãos capazes de acompanhar, fiscalizar e valorizar a boa gestão dos recursos públicos. Investir em educação fiscal é investir em uma cultura de transparência, ética e compromisso coletivo, fortalecendo não apenas nossos estudantes, mas toda a sociedade, com impactos que ultrapassam os limites da sala de aula.

**Fernanda Pacobahyba**

Presidenta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

É com entusiasmo que apresento este material didático, fruto de uma parceria estratégica entre FNDE, TCE Ceará e Comsefaz para o fortalecimento da nossa democracia. No Tribunal de Contas do Estado do Ceará, acreditamos que o controle externo transcende a fiscalização técnica: ele se consolida, de fato, quando caminha ao lado do controle social. Estes livros convidam os jovens a se tornarem cidadãos ativos no exercício do controle social das contas públicas. É essencial compreender que o dinheiro público, oriundo do esforço de cada um de nós, deve ser aplicado com ética e eficiência para gerar bem-estar social e, assim, melhorar vidas. Ao desvendar o orçamento e os mecanismos de transparência e de controle, apoiamos a formação de futuras gerações aptas a acompanhar e cobrar resultados efetivos, transformando a realidade ao seu redor. Nosso compromisso é cultivar uma cultura em que a participação popular seja o vetor do controle social, inspirando cada estudante a ser protagonista na construção de um futuro mais justo e transparente.

**Rholden Queiroz**

Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

É com muita alegria que o Comsefaz apresenta aos estudantes de todo o país os livros “Cidadania e Educação Fiscal” e “Cidadania e Controle Social das Contas Públicas”, fruto de uma parceria de sucesso com o Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação e com o Tribunal de Contas do Estado do Ceará. As obras nascem da premissa de que, enquanto a educação é pilar da vida em sociedade, a educação fiscal é eixo fundamental para o exercício da cidadania. O objetivo é desmistificar a ideia de que o Estado é uma entidade distante da população e demonstrar que o tributo pago pelo cidadão é, na verdade, recurso coletivo, que deve retornar para todos na forma de serviços públicos eficientes, bem-estar social e dignidade humana. Os leitores não apenas percorrem os caminhos que o dinheiro público trilha, mas também se conscientizam sobre as formas e as ferramentas disponíveis para fiscalizar o bom uso dos recursos. Com a apropriação do conteúdo aqui presente, o exercício da cidadania se manifesta em atitudes socialmente conscientes, éticas e participativas, promovendo maior engajamento e solidariedade fiscal e social.

**Flávio César Mendes de Oliveira**

Presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda – Comsefaz.

# Sumário

## Tema 1: Estado, sociedade e função social do tributo

Introdução	16
1. O papel do Estado e o contrato social	17
1.1 O que é o Estado e por que ele existe?	17
1.2 O pacto social e a organização política	18
1.3 Direitos sociais e deveres fiscais	20
2. Função social dos tributos	22
2.1 Tributos como instrumento de redistribuição de renda	22
2.2 Justiça fiscal e desigualdade	24
2.3 A Reforma Tributária e a busca por mais justiça fiscal	26
2.4 Tipos de tributos e sua função econômica e social	28
Fechamento da Unidade 1	30

## Tema 2: Orçamento público e políticas públicas

Introdução	34
1. O ciclo orçamentário	35
1.1 Planejamento, elaboração, execução e controle	36
1.2 Leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA) em linguagem acessível	38
1.3 Participação popular no orçamento	42

2. Políticas públicas e distribuição de recursos _____	45
2.1 Educação, saúde, segurança e assistência social _____	46
2.2 O impacto da má gestão dos recursos _____	48
2.3 Prioridades e escolhas do poder público _____	50
Fechamento da Unidade 2 _____	52

### **Tema 3: Participação social e controle dos recursos públicos**

Introdução _____	56
1. Controle social e transparência pública _____	57
1.1 Leis de Acesso à Informação e mecanismos de transparência _	57
1.2 Portais de dados públicos e relatórios oficiais _____	60
1.3 Conselhos e audiências públicas _____	64
2. Corrupção e responsabilidade cidadã _____	67
2.1 Impactos da corrupção no orçamento público _____	67
2.2 Atos cotidianos e cultura da honestidade _____	70
2.3 Como denunciar e fiscalizar _____	73
Fechamento da Unidade 3 _____	76

### **Tema 4: Educação Fiscal na vida cotidiana**

Introdução _____	80
1. A presença dos tributos na vida diária _____	80
1.1 Nota fiscal e consumo consciente _____	81
1.2 Tributação e desigualdade _____	84

1.3 De onde vem e para onde vai o dinheiro dos serviços que usamos	86
2. Propostas para uma cultura fiscal cidadã	89
2.1 Iniciativas de mobilização juvenil	90
2.2 Campanhas educativas e mídias sociais	93
2.3 Ética no consumo, no voto e nas escolhas públicas	95
Fechamento da Unidade 4	98
<b>Referências</b>	99

TEMA

# 1

## Estado, sociedade e função social do tributo

### Objetivo:

Analisar como os tributos contribuem para a organização do Estado, a redução das desigualdades sociais e o financiamento das políticas públicas.



## Competências e habilidades BNCC:

**EM13CHS101:** analisar as formas de organização dos grupos sociais e suas relações com as instituições.

**EM13CHS104:** avaliar a atuação do Estado na promoção dos direitos sociais.

**EM13CHS201:** discutir as diferentes formas de desigualdade e suas causas.

*Cidadania*

*Educação  
fiscal*

*Contas  
Públicas*

## Introdução

A vida em sociedade sempre exigiu organização. Desde os agrupamentos mais antigos até os grandes Estados modernos, as pessoas buscaram criar regras, instituições e acordos capazes de regular a convivência coletiva. O Estado surge como resultado desse processo: uma construção política e social que não apenas garante ordem, mas também busca assegurar o bem-estar da coletividade.

No Brasil contemporâneo, o papel do Estado se torna ainda mais evidente diante da complexidade dos desafios nacionais: desigualdades históricas, exclusão social, concentração de renda e necessidade de garantir direitos fundamentais. Esses direitos, previstos na Constituição de 1988, só se concretizam quando há recursos suficientes para sustentá-los. É nesse ponto que se inserem os tributos: instrumentos fundamentais para transformar demandas sociais em políticas concretas.

Mais do que uma obrigação legal, os tributos representam uma forma de solidariedade organizada. Cada contribuição individual soma-se a outras e retorna em forma de hospitais, escolas, programas de assistência, segurança e infraestrutura. A arrecadação não é apenas um mecanismo econômico, mas também um elo de confiança entre Estado e cidadãos, uma ponte entre direitos e deveres e uma expressão da cidadania fiscal.

Assim, compreender o papel do Estado e a função social dos tributos é essencial para fortalecer a democracia e a cidadania. Não se trata apenas de saber “quanto se arrecada”, mas de entender “para que se arrecada” e como esse processo pode construir uma sociedade mais justa, igualitária e participativa.





## Para refletir

Você já parou para observar quantos serviços públicos utiliza no dia a dia? O transporte escolar, a iluminação das ruas, as campanhas de vacinação, a coleta de lixo e a própria universidade pública. Todos eles são sustentados, direta ou indiretamente, pela arrecadação de tributos.

## 1. O papel do Estado e o contrato social

Para entender a função social dos tributos, é fundamental compreender primeiro o papel do Estado. Afinal, ele é o responsável por organizar a vida coletiva, garantir direitos, regular relações sociais e econômicas e fornecer serviços públicos. O Estado não surge por acaso: ele nasce de um pacto firmado entre os cidadãos, um contrato social que estabelece regras de convivência, direitos e deveres. Nesse acordo, todos renunciam a parte de sua liberdade individual em troca da proteção e do amparo de uma estrutura organizada, capaz de zelar pelo bem comum.

### 1.1 O que é o Estado e por que ele existe?

O Estado é resultado da evolução histórica das formas de convivência humana. Desde a Antiguidade, civilizações como egípcia, grega e romana perceberam que a vida em grupo exigia regras e instituições para coordenar interesses e evitar conflitos. Na Idade Média, o poder descentralizado dos senhores feudais organizava a sociedade em torno da terra. Já na Modernidade, o Estado Absolutista centralizou o poder, uniformizou línguas e fronteiras, estabeleceu exércitos e fortaleceu a noção de soberania.

De modo lúdico, podemos imaginar o Estado como uma grande engrenagem formada por diversas peças. Cada peça representa um grupo da sociedade e, quando todas operam juntas, a máquina funciona e move a vida coletiva. Se uma peça falha ou interrompe o seu movimento, a engrenagem trava, prejudicando o funcionamento do todo. Assim, o Estado existe para manter o movimento contínuo, garantindo que nenhuma peça seja esquecida.

Em essência, o Estado é a organização política que busca assegurar o bem comum, isto é, criar condições para que todos tenham acesso a direitos básicos. Sua legitimidade, porém, depende do reconhecimento

da população. Não há Estado sólido sem a confiança e a participação dos cidadãos, pois são eles que dão sentido às instituições e sustentam o contrato social.



### Para refletir

Como seria a vida em sociedade sem um Estado organizado? Imagine se cada cidadão tivesse que garantir sozinho sua própria segurança, saúde e educação.

## 1.2 O pacto social e a organização política

A ideia de contrato social foi formulada por pensadores como Hobbes, Locke e Rousseau. Hobbes via o Estado como necessário para controlar a violência natural dos homens; Locke o entendia como um acordo para proteger direitos fundamentais, como a liberdade e a propriedade; Rousseau via no contrato social a base da igualdade e da soberania popular.

Apesar das diferenças, todos reforçam que o Estado nasce de um pacto coletivo, no qual os cidadãos abrem mão de parte de sua liberdade individual em troca de proteção e organização.

Podemos comparar esse pacto social a um jogo de tabuleiro: para que o jogo funcione, todos os participantes devem aceitar as mesmas regras. Sem regras, não há jogo; com regras injustas, ninguém aceita jogar. Assim também é a vida em sociedade: é preciso um conjunto de normas reconhecidas por todos, que garantam direitos e limitem abusos.

No Brasil, esse pacto está expresso na Constituição Federal, que define os princípios democráticos, os poderes da República e os direitos fundamentais. A divisão entre Executivo, Legislativo e Judiciário tem justamente a função de equilibrar forças e evitar abusos. Mais do que um documento jurídico, a Constituição é a base da cidadania, pois assegura que todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido.



## Atividade

**O contrato que todos nós assinamos (sem perceber).**

Leia o trecho a seguir:

**“Desde que vivemos em grupo, aceitamos renunciar a parte da nossa liberdade em troca de segurança e convivência. Esse acordo invisível é o que mantém a sociedade funcionando”.**

Responda:

1- Você concorda que viver em sociedade exige regras?

---

---

---

2- Quais seriam as consequências se cada pessoa agisse apenas segundo sua vontade?

---

---

---

---

3- Como o pacto social está presente nas leis e impostos?

---

---

---

---

---

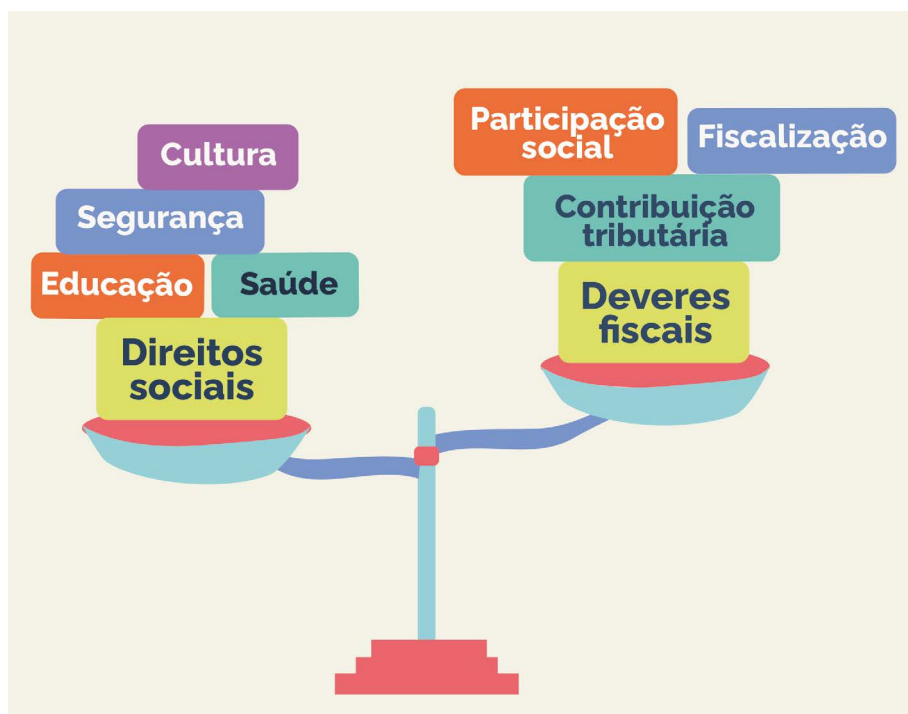
---

### 1.3 Direitos sociais e deveres fiscais

A Constituição Federal estabelece uma série de direitos sociais, como saúde, educação, previdência, moradia e assistência social. Contudo, esses direitos não se concretizam sem recursos financeiros. É por meio dos tributos que o Estado transforma previsões legais em políticas concretas, tornando real o que está assegurado no texto constitucional.

De forma lúdica, podemos imaginar os direitos como sementes. Elas possuem potencial de crescer, mas precisam de solo fértil, água e cuidado. Os tributos são justamente os nutrientes que permitem que essas sementes floresçam, transformando-se em hospitais, escolas e programas sociais. Sem os recursos, as sementes permanecem guardadas, sem cumprir sua função.

Essa conexão entre direitos e deveres mostra que a cidadania é um caminho de mão dupla: de um lado, o cidadão exerce seus direitos; do outro, cumpre seus deveres fiscais. Essa relação fortalece a solidariedade social e reafirma o pacto coletivo de que todos contribuem para que a sociedade tenha acesso a condições dignas de vida.





## Na prática

### Dever cumprido!

Complete o quadro relacionando direitos e deveres do cidadão:

Direito garantido pelo Estado	Dever do cidadão correspondente
A. Saúde e educação	( ) Pagar tributos
B. Segurança pública	( ) Cumprir as leis
C. Limpeza e meio ambiente	( ) Cuidar do espaço público

### Perguntas:

1- Por que pagar tributos também é um ato de cidadania?

---

---

---

---

---

---

---

---

2- Como o cumprimento dos deveres fortalece os direitos coletivos?

---

---

---

---

---

---

---

---

## 2. Função social dos tributos

Quando pensamos em tributos, a primeira ideia costuma estar ligada à arrecadação de recursos pelo Estado. No entanto, sua função é muito mais ampla: eles são instrumentos de transformação social, capazes de financiar políticas públicas, reduzir desigualdades e incentivar comportamentos que beneficiem toda a coletividade. Compreender essa função social é essencial para que o estudante perceba que a contribuição fiscal não é apenas um dever, mas uma forma de participação cidadã na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

### 2.1 Tributos como instrumento de redistribuição de renda

Os tributos constituem uma das formas mais concretas de materializar o princípio da solidariedade social. Ao arrecadar recursos, o Estado consegue financiar políticas públicas que não se limitam a atender necessidades gerais, mas buscam corrigir desigualdades históricas. Em uma sociedade marcada por profundas diferenças socioeconômicas, a redistribuição de renda feita por meio dos tributos se torna uma ferramenta essencial para garantir que todos tenham acesso a direitos básicos como saúde, educação e moradia.



#### Você sabia?

O **Fundeb** (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) é formado, em grande parte, por recursos provenientes de impostos. Ele garante que milhões de estudantes tenham acesso à escola pública no Brasil.

Esse mecanismo funciona de maneira a equilibrar oportunidades. Pessoas ou empresas que possuem maior capacidade de contribuição financiam proporcionalmente mais, permitindo que recursos sejam destinados a programas e serviços que beneficiam diretamente os cidadãos em maior vulnerabilidade. Dessa forma, que o tributo deixa de ser apenas um recolhimento obrigatório e passa a ser visto como um investimento social, no qual cada parcela arrecadada retorna em benefícios coletivos.

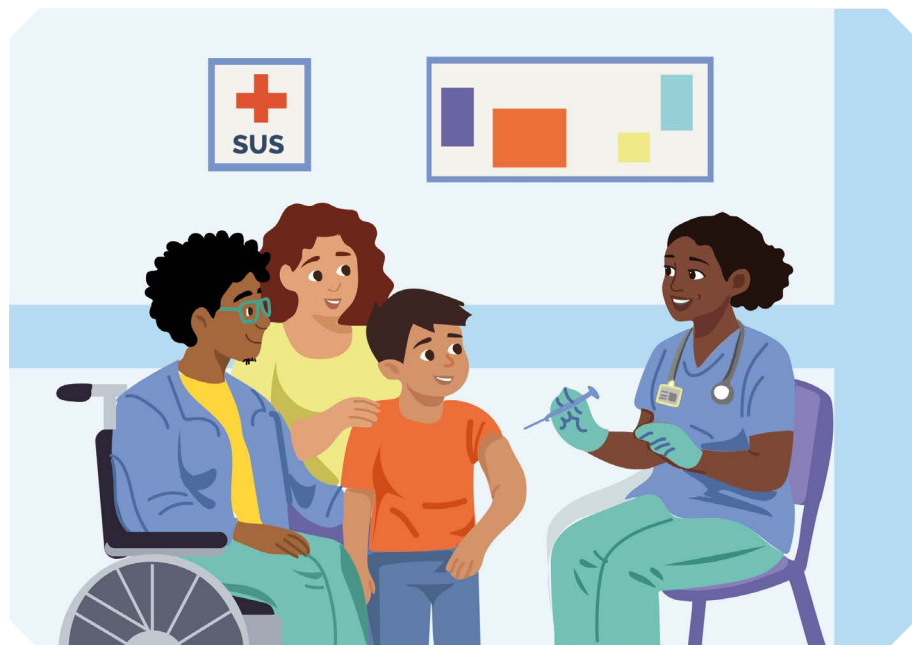
De forma lúdica, os tributos podem ser comparados a um grande rio que recebe águas de diferentes nascentes. Algumas nascentes são mais volumosas e despejam mais água; outras contribuem com pequenos filetes. Juntas, todas formam um rio caudaloso que abastece cidades inteiras, garantindo vida e equilíbrio para milhares de pessoas. Sem a soma dessas águas, o rio secaria, e todos sofreriam com a escassez. Assim também acontece com a arrecadação: sem a contribuição de todos, os serviços públicos não se sustentariam.

Essa redistribuição não apenas garante direitos básicos, mas também fortalece o contrato social, gerando confiança e sensação de pertencimento. Quando o cidadão percebe que sua contribuição retorna em serviços de qualidade, a relação entre Estado e sociedade se estreita, consolidando o pacto democrático.



### Na prática

Quando você ou alguém da sua família utiliza o Sistema Único de Saúde (SUS) para uma consulta ou recebe uma vacina gratuita, está vivenciando o efeito concreto da redistribuição de renda promovida pelos tributos.





## Atividade

### A balança da justiça fiscal.

Sobre a contribuição de diferentes grupos sociais para o financiamento do Estado.

Perguntas:

1- O sistema atual é proporcional?

2- Quem deveria contribuir mais para reduzir desigualdades?

3- Por que o equilíbrio tributário é importante para a justiça social?

## 2.2 Justiça fiscal e desigualdade

A justiça fiscal é um princípio essencial que busca garantir que a cobrança de tributos seja proporcional à capacidade de contribuição de cada cidadão. Em outras palavras, significa que quem possui mais condições econômicas deve colaborar mais, e quem dispõe de menos não deve ser onerado com a mesma intensidade. Esse princípio, previsto na Constituição Federal, é um dos pilares para que os tributos funcionem como instrumentos de redução das desigualdades sociais.

Sem justiça fiscal, o sistema tributário pode transformar-se em um gerador de injustiças. Isso acontece, por exemplo, quando tributos recaem fortemente sobre o consumo: produtos básicos, como arroz, feijão e pão, custam proporcionalmente mais para famílias de baixa

renda do que para famílias ricas. Nesses casos, os tributos agravam desigualdades em vez de reduzi-las, criando uma sensação de injustiça e afastamento entre cidadão e Estado.

De maneira lúdica, podemos imaginar a justiça fiscal como uma corrida em que cada participante recebe condições diferentes. Uns largam com tênis de alta tecnologia, boa alimentação e treino; outros correm descalços e sem preparo. Para que todos tenham chances reais, é preciso ajustar o percurso: quem tem mais vantagens precisa enfrentar obstáculos maiores, enquanto quem tem menos recebe incentivos para seguir. Assim, a justiça fiscal garante que a corrida da vida social seja equilibrada e não perpetue desigualdades.

Garantir justiça fiscal é também fortalecer a confiança nas instituições. Quando o cidadão percebe que os tributos são cobrados de forma justa e aplicados corretamente, ele passa a confiar mais no Estado e a participar ativamente da vida pública. Esse fortalecimento da cidadania fiscal é fundamental para que o contrato social se mantenha legítimo e para que a democracia se consolide.



## Atividade

### O tamanho do esforço.

Leia a frase:

**“Quando todos contribuem com o mesmo valor, o peso não é o mesmo para todos”.**

Observe a imagem de três pessoas de tamanhos diferentes levantando caixas do mesmo peso.



**Responda:**

1- Quem faz mais esforço para levantar a caixa?

2- O que essa situação representa no pagamento de impostos?

## **2.3 A Reforma Tributária e a busca por mais justiça fiscal**

Nos últimos anos, o Brasil avançou em um debate importante: a Reforma Tributária. Embora seus detalhes técnicos ainda estejam em fase de regulamentação, seus princípios gerais dialogam diretamente com os conceitos que discutimos aqui. A Reforma tem como objetivo tornar o sistema tributário mais simples, transparente e mais justo, especialmente para os cidadãos que têm menor renda. Entre suas principais propostas estão a simplificação dos tributos sobre o consumo — substituindo vários impostos por um modelo mais unificado —, a criação de mecanismos de *cashback* para famílias de baixa renda e o fortalecimento da progressividade, em que pessoas que podem contribuir mais, contribuem de forma proporcionalmente maior.

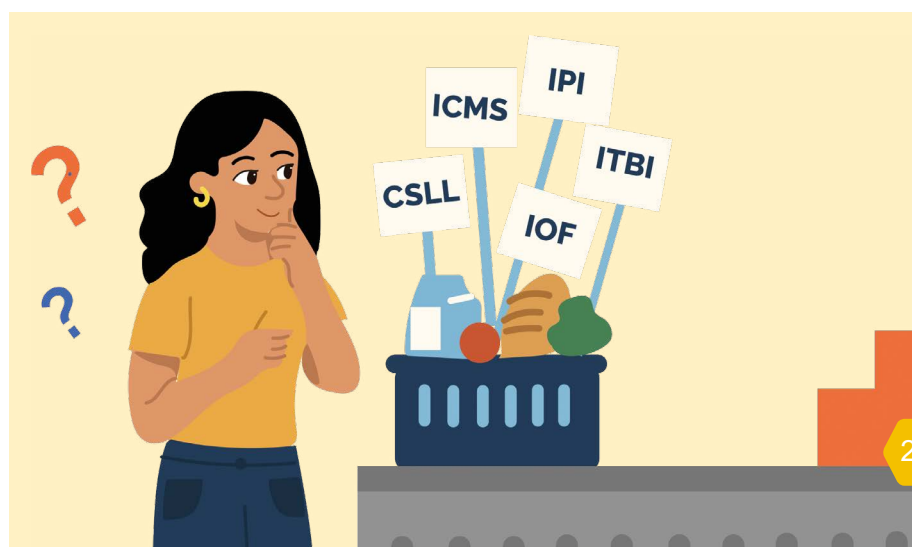
A simplificação é um dos pontos centrais da proposta. Hoje, o sistema brasileiro é considerado um dos mais complexos do mundo, com diferentes tributos federais, estaduais e municipais incidindo sobre quase tudo que é consumido. A criação de um imposto mais unificado pode facilitar, por exemplo, o entendimento sobre quanto se paga de tributos em cada compra, aumentar a transparência e reduzir custos para empresas, o que também pode influenciar o preço final dos produtos. Para os cidadãos, especialmente os jovens, isso significa compreender com mais clareza o impacto dos tributos no dia a dia.

Outro avanço fundamental é o mecanismo de *cashback*, que prevê a devolução de parte do imposto pago por famílias de baixa renda. Isso é importante para corrigir uma injustiça histórica do sistema brasileiro: o fato de que a maior parte dos tributos vem do consumo, o que faz com que famílias mais pobres acabem pagando, proporcionalmente, mais impostos do que famílias mais ricas. O *cashback* busca reduzir esse desequilíbrio, devolvendo recursos para quem mais precisa e tornando o sistema mais alinhado ao princípio da capacidade contributiva.

A Reforma também reforça a ideia de progressividade — ou seja, a noção de que contribuições maiores devem partir de quem tem maior renda e patrimônio. Essa lógica já existe em alguns tributos, mas a Reforma busca ampliá-la, aproximando o Brasil de modelos de justiça fiscal adotados em diversos países. Assim, a arrecadação se torna mais equilibrada, colaborando para reduzir desigualdades e fortalecendo políticas públicas essenciais, como saúde, educação e assistência social.

Essas mudanças não são apenas técnicas: elas possuem impacto direto na vida das pessoas. Um sistema mais simples e mais justo tende a melhorar o ambiente econômico, aumentando a confiança social e tornando mais claro o caminho entre o tributo pago e o serviço público recebido. Ao mesmo tempo, reforça a relação entre arrecadação e cidadania, mostrando que a construção de uma sociedade mais igualitária passa necessariamente por um sistema tributário que distribua responsabilidades de maneira equilibrada.

Por isso, compreender a Reforma Tributária é entender uma parte essencial do debate sobre justiça fiscal no Brasil. Ao aproximar os estudantes desse tema, ampliamos seu olhar crítico sobre as desigualdades e fortalecemos a capacidade de participar de decisões que moldam o funcionamento do Estado e o futuro da sociedade.



## 2.4 Tipos de tributos e sua função econômica e social

Os tributos no Brasil se dividem em três grandes grupos: impostos, taxas e contribuições. Os impostos financiam serviços gerais do Estado, como saúde, educação e segurança. As taxas estão ligadas a serviços específicos, como emissão de documentos ou coleta de lixo. Já as contribuições sociais possuem finalidade definida, geralmente vinculada à seguridade social, à saúde e à previdência. Essa divisão mostra que os tributos não são apenas arrecadação: são formas organizadas de garantir direitos e estruturar a vida coletiva.

Além disso, cada tipo de tributo possui uma função regulatória. O Estado pode aumentar tributos sobre produtos prejudiciais, como cigarros e bebidas alcoólicas, para desestimular o consumo. Em contrapartida, pode reduzir tributos para incentivar setores estratégicos, como o de energias renováveis ou a produção cultural. Nesse sentido, o sistema tributário também funciona como uma ferramenta de direcionamento econômico e social.

De forma lúdica, os tributos podem ser comparados a uma caixa de ferramentas. O imposto é o martelo que sustenta a estrutura da casa; a taxa é a chave de fenda que soluciona tarefas específicas; e a contribuição social é a régua que garante equilíbrio e proporção na obra. Sem cada ferramenta cumprindo sua função, o edifício da cidadania ficaria incompleto ou instável.

Essa multiplicidade de funções demonstra que os tributos estão muito mais presentes na vida das pessoas do que se imagina. Estão no preço dos alimentos, no transporte, na energia elétrica, nas políticas de previdência e até no incentivo à cultura e ao esporte. Reconhecer essa presença é o primeiro passo para compreender que a cidadania fiscal se vive no dia a dia, e não apenas em datas específicas de pagamento de impostos.



### Você sabia?

Muitos projetos culturais, esportivos e sociais só tornam-se possíveis porque empresas e cidadãos podem direcionar parte de seus tributos para financiar essas iniciativas, como ocorre com a Lei de Incentivo à Cultura.



## Atividade

### Atividade de classificação – Para onde vai o dinheiro?

Associe cada tributo ao tipo e à função que desempenha:

Tributo	Imposto, Taxa ou Contribuição?	Função principal?
<b>IPTU</b>		
<b>IPVA</b>		
<b>INSS</b>		
<b>Taxa de lixo</b>		

Perguntas:

1- Quais diferenças existem entre imposto, taxa e contribuição?

---

---

---

---

2- Por que todos são necessários para o funcionamento do Estado?

---

---

---

---



## Fechamento da Unidade 1

Ao concluir este tema, percebemos que a relação entre Estado e sociedade é muito mais do que uma estrutura de poder: trata-se de uma construção histórica e política sustentada pela participação dos cidadãos. O Estado se mantém legítimo na medida em que é reconhecido e fiscalizado pela população, e essa legitimidade depende de como ele transforma os tributos em políticas públicas que melhoram a vida coletiva. Sem essa dinâmica de corresponsabilidade, o contrato social enfraquece e abre espaço para desconfiança e desigualdade.

A educação fiscal, nesse contexto, torna-se um instrumento de conscientização. Ela não se limita a explicar conceitos técnicos de arrecadação, mas busca formar cidadãos críticos, capazes de compreender que direitos e deveres caminham juntos. Quando a população entende que cada serviço público — da iluminação das ruas ao atendimento hospitalar — é fruto de recursos coletivos, cresce a responsabilidade em acompanhar como esses recursos são arrecadados, aplicados e controlados.

Outro ponto importante é que a função social dos tributos não deve ser vista apenas como um mecanismo de financiamento, mas como uma ferramenta de transformação social. Os módulos destacam que políticas de redistribuição, como saúde e educação universalizadas, só são possíveis porque existe uma base tributária sólida. Assim, pagar tributos é também assumir um papel ativo na luta contra as desigualdades e na construção de oportunidades mais equilibradas.

Mais do que olhar para o presente, é preciso pensar no futuro: a gestão democrática dos recursos públicos é um caminho para consolidar a cidadania fiscal e a confiança nas instituições. A transparência no uso do dinheiro público, aliada à participação social, cria as condições para que cada cidadão se reconheça como parte do processo de decisão. O controle social, mencionado nos módulos, não é um detalhe, mas a chave para garantir que o Estado cumpra seu papel de forma justa e responsável.

Por fim, compreender o Estado, a sociedade e a função social dos tributos é aceitar que a cidadania não é estática: ela se reinventa a cada geração. A prática cidadã exige informação, participação

e solidariedade. Mais do que uma obrigação, contribuir com a sociedade é um exercício de pertencimento, um ato de confiança no coletivo e de aposta em um futuro em que direitos não sejam privilégios, mas garantias universais. Assim, encerramos este tema com a convicção de que a cidadania fiscal é um dos pilares para fortalecer a democracia e construir um Brasil mais justo.

TEMA

# 2

## Orçamento público e políticas públicas

### Objetivo:

Compreender como o orçamento público é elaborado e executado, identificando sua relação com os serviços prestados à população.



Competências e habilidades BNCC:

**EM13CHS102:** analisar políticas públicas e seu impacto na vida dos cidadãos.

**EM13CHS103:** compreender o papel da cidadania ativa na democracia participativa..

democracia  
participativa

Orçamento  
Público

Cidadania  
ativa

## Introdução

O orçamento público é o coração da gestão do Estado. É nele que estão expressas as escolhas políticas que orientarão a vida de toda a sociedade: onde investir mais, onde economizar, quais áreas serão priorizadas e quais terão menos atenção. Mais do que uma planilha de receitas e despesas, o orçamento é um espelho daquilo que um governo considera essencial para promover o bem-estar coletivo. Cada número escrito em suas páginas corresponde a uma decisão que impacta diretamente a vida dos cidadãos.

Compreender o orçamento público significa entender a própria dinâmica da democracia. Isso porque ele não é apenas um instrumento técnico, elaborado por economistas e gestores; é, também, um espaço de disputa de interesses, de negociação política e de participação social. Quem define para onde vai o dinheiro público está, de fato, definindo quais direitos serão garantidos de forma mais ampla e quais continuarão enfrentando dificuldades para concretizar-se.

No Brasil, marcado por desigualdades históricas, o orçamento tem, ainda, a função de corrigir distorções sociais. É por meio dele que o Estado pode redistribuir recursos, levando mais investimentos para regiões carentes, fortalecendo programas sociais e assegurando que direitos fundamentais, como saúde e educação, sejam, de fato, acessíveis a todos. Sem um orçamento justo e transparente, a cidadania enfraquece-se e a democracia perde legitimidade.

Outro aspecto importante é que o orçamento público está diretamente ligado ao controle social. Não basta arrecadar tributos: é preciso que a sociedade acompanhe de perto como esses recursos são utilizados, cobrando eficiência, justiça e transparência. Quando o cidadão compreende o orçamento, ele deixa de ser espectador e passa a ser ator na gestão pública, exercendo um papel ativo de fiscalização e participação.

Assim, o estudo deste tema tem como objetivo aproximar o estudante da realidade do orçamento público, revelando como ele é elaborado, executado e controlado. Também apresentaremos o papel da participação popular nesse processo, reforçando que cada cidadão tem o direito — e também o dever — de acompanhar o destino do dinheiro público.



## 1. O ciclo orçamentário

O orçamento público não é algo improvisado. Ele segue um processo contínuo e organizado chamado **ciclo orçamentário**. Esse ciclo é formado por diferentes etapas que se sucedem de maneira lógica, cada uma com responsabilidades próprias, mas todas interligadas: **planejamento, elaboração, execução e controle**.

A lógica do ciclo garante que os recursos arrecadados pelo Estado sejam pensados de forma antecipada, distribuídos com critério, aplicados conforme o previsto e avaliados em seus resultados. Sem essas fases bem definidas, o risco seria um Estado desorganizado, com gastos aleatórios e ausência de transparência.

O ciclo orçamentário funciona, portanto, como um grande mecanismo de engrenagem: cada etapa precisa funcionar bem para que a seguinte tenha sucesso. Quando há falhas, toda a cadeia é prejudicada, e os efeitos chegam diretamente à população, que é quem depende dos serviços públicos financiados pelo orçamento.

## 1.1 Planejamento, elaboração, execução e controle

O ciclo orçamentário inicia-se com o **planejamento**, etapa em que o governo define as prioridades para determinado período. Esse momento exige análise da realidade, diagnóstico das necessidades e definição de metas que atendam tanto às urgências sociais quanto aos projetos de médio e longo prazo. Planejar é escolher caminhos: decidir se haverá mais investimentos em saúde ou em infraestrutura, se a prioridade será a educação ou a segurança. Essa fase é decisiva, pois um planejamento malfeito pode comprometer todas as demais etapas.

Em seguida, ocorre a **elaboração**, quando técnicos e gestores traduzem as metas planejadas em números, planilhas e estimativas de receitas e despesas. É como se os objetivos definidos no planejamento ganhassem forma concreta, indicando quanto será arrecadado, de onde virá o recurso e como será aplicado. Essa etapa envolve o diálogo entre diferentes órgãos, além da análise do Legislativo, que tem o papel de discutir e aprovar as propostas apresentadas pelo Executivo.

Com a aprovação, inicia-se a **execução orçamentária**. Nela, o governo começa a aplicar os recursos nas áreas definidas, transformando planos em ações concretas: escolas são construídas, hospitais recebem equipamentos, estradas são pavimentadas e programas sociais são financiados. É nessa fase que a população sente, de fato, os efeitos do orçamento. Entretanto, a execução exige disciplina e responsabilidade, pois imprevistos, crises ou má gestão podem desviar o orçamento de seus objetivos originais.

De maneira lúdica, podemos imaginar esse ciclo como uma **viagem em família**. O planejamento é a escolha do destino e a definição do roteiro; a elaboração é o cálculo de gastos, reservas e compra de passagens; a execução é a viagem em si, com visitas, passeios e experiências; e o controle é a avaliação final, quando se analisa se o investimento valeu a pena, se os objetivos foram alcançados e o que precisa ser ajustado para a próxima. Assim como em uma viagem, cada etapa do ciclo precisa ser respeitada para que o resultado final seja satisfatório.

Por fim, chegamos ao **controle**, que é realizado por órgãos de fiscalização — como tribunais de contas e controladorias — e também pela sociedade civil. O controle serve para verificar se os recursos foram aplicados corretamente, se houve desperdícios ou irregularidades e

se os resultados alcançados correspondem ao que foi planejado. Sem controle, o ciclo perde sua função democrática e abre espaço para a ineficiência e até para a corrupção. É nessa fase que se concretiza a ideia de **controle social**, permitindo que o cidadão acompanhe e cobre do Estado o cumprimento de seus compromissos.



### Atenção!

Quando o controle não é efetivo, aumentam os riscos de desvio de recursos, obras paradas e políticas públicas ineficazes. O acompanhamento crítico do ciclo orçamentário é, portanto, uma das maiores responsabilidades da cidadania fiscal.



### Atividade

#### O Caminho do Dinheiro Público.

Observe a tabela abaixo do ciclo orçamentário e preencha a coluna “O que acontece?”:

Etapa	O que acontece?	Quem participa
Planejamento		Governo e sociedade
Elaboração		Executivo e Legislativo
Execução		Gestores públicos
Controle		Tribunais e cidadãos

Perguntas:

1- Por que é importante planejar antes de gastar?

---

---

---

2- O que pode acontecer se uma dessas etapas falhar?

---

---

---

---

## 1.2 Leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA) em linguagem acessível

As leis orçamentárias são os instrumentos jurídicos que organizam e dão coerência ao ciclo orçamentário. Sem elas, o processo de planejar, executar e controlar os recursos públicos ficaria disperso, sujeito a improvisos e sem transparência. No Brasil, a Constituição de 1988 estabeleceu três instrumentos principais: o **Plano Plurianual (PPA)**, a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** e a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. Cada um deles cumpre uma função específica, mas todos se articulam para garantir que o orçamento seja planejado, detalhado e acompanhado em diferentes prazos.

O **Plano Plurianual (PPA)** tem vigência de quatro anos e define as grandes metas e programas do governo. Ele é como uma bússola de médio prazo, orientando para onde o país deve caminhar e quais prioridades devem ser seguidas. Já a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** funciona como um elo entre o planejamento de longo prazo e as necessidades anuais. Ela indica quais objetivos do PPA terão prioridade e estabelece as regras que devem orientar a elaboração do orçamento. Por fim, a **Lei Orçamentária Anual (LOA)** detalha todas as receitas e despesas que poderão ser realizadas em um ano, funcionando como um “diário de bordo” da administração pública.

De forma lúdica, podemos imaginar as três leis como partes de uma construção. O PPA é o **projeto arquitetônico**, que mostra a visão de conjunto e define como será a casa; a LDO é o **cronograma da obra**, que organiza a ordem de cada etapa; e a LOA é a **lista de compras e o orçamento detalhado**, que mostram quanto será gasto em cada material e serviço. Se um desses elementos falha, a obra corre o risco de ficar incompleta ou mal executada — e, no caso das finanças públicas, quem paga o preço é a sociedade.

Aspecto	PPA – Plano Plurianual	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias	LOA – Lei Orçamentária Anual
<b>Prazo de vigência</b>	Quatro anos (abrange todo o mandato e o 1º ano do seguinte)	Um ano (mas conecta o PPA e a LOA)	Um ano
<b>Objetivo principal</b>	Definir metas e programas de médio prazo do governo	Estabelecer prioridades anuais e regras para a elaboração da LOA	Detalhar receitas e despesas autorizadas para o ano
<b>Função</b>	Orientar o planejamento estratégico do governo	Selecionar e organizar as metas que terão prioridade	Executar e operacionalizar os gastos previstos
<b>Conteúdo típico</b>	Programas de saúde, educação, infraestrutura, segurança e desenvolvimento social	Crêterios de distribuição de recursos, metas fiscais, limites de gastos	Valores exatos destinados a ministérios, secretarias, projetos e serviços
<b>Natureza</b>	Estratégico	Tático (intermediário)	Operacional (imediate)
<b>Exemplo prático</b>	Programa Nacional de Habitação incluído no PPA	Definição de prioridade em moradia popular na LDO	Autorização para construir “X” casas no ano pela LOA

A importância dessas leis vai além do aspecto técnico. Elas garantem previsibilidade às políticas públicas e permitem que os cidadãos acompanhem, de maneira mais clara, o que está sendo planejado e realizado. Quando um governo apresenta seu PPA, ele revela sua visão de futuro; ao elaborar a LDO, sinaliza o que será priorizado; e, com a LOA, mostra, em detalhes, como o dinheiro público será gasto. Essa estrutura fortalece a democracia porque dá transparência e abre espaço para a participação e o controle social.

No entanto, é fundamental que essas leis sejam compreendidas pela população em linguagem acessível. Muitas vezes, os documentos oficiais estão repletos de termos técnicos, o que dificulta o entendimento. Tornar essas informações mais claras é um passo essencial para que a sociedade possa exercer plenamente seu papel de acompanhar e fiscalizar os gastos públicos.



### Você sabia?

Nenhuma despesa pública pode ser realizada sem estar prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA). Isso significa que, desde a compra de equipamentos para um hospital até a realização de uma grande obra de infraestrutura, tudo precisa estar previamente autorizado nessa lei.





## Atividade

### Construção – Montando a Casa do Orçamento.

Imagine que o orçamento público é como a construção de uma casa.

Associe cada lei à sua função:

Lei	O que define	Comparação com a casa
PPA	(        ) Gastos detalhados do ano	(        ) O cronograma da obra
LDO	(        ) Regras e prioridades do ano	(        ) O projeto arquitetônico
LOA	(        ) Metas de longo prazo (quatro anos)	(        ) A lista de materiais e orçamento final

Perguntas:

1- O que aconteceria se a “obra” não tivesse um bom projeto?

---

---

---

---

---

2- Qual dessas leis garante que o dinheiro público só seja gasto com autorização legal?

---

---

---

## 1.3 Participação popular no orçamento

A participação popular no orçamento é uma das expressões mais concretas da democracia. Quando a sociedade acompanha e opina sobre como o dinheiro público será aplicado, ela assume um papel ativo na construção das políticas públicas. Esse processo fortalece a transparência, amplia a legitimidade das decisões governamentais e aproxima os cidadãos do funcionamento real do Estado. Afinal, o orçamento não deve ser visto apenas como uma ferramenta técnica, mas como um espaço de diálogo entre governo e sociedade.



Essa participação acontece de várias formas. Um dos instrumentos mais conhecidos são as **audiências públicas**, nas quais a população pode questionar e sugerir prioridades de investimento. Além disso, existem os **conselhos setoriais**, como os de saúde e educação, que reúnem representantes da sociedade civil e do poder público para discutir e fiscalizar recursos específicos. Em algumas cidades, há ainda o **orçamento participativo**, que permite que a própria comunidade decida diretamente sobre parte dos recursos do município, escolhendo, por exemplo, entre a construção de uma praça, a reforma de uma escola ou a ampliação de um posto de saúde.

De maneira lúdica, podemos comparar a participação popular no orçamento a um **mutirão comunitário para reformar uma praça**. Se apenas uma pessoa decidisse tudo, talvez a praça atendesse a poucos; mas quando moradores, comerciantes, jovens e idosos participam da decisão, o resultado é um espaço mais diverso, útil e representativo. O mesmo ocorre com o orçamento público: quanto mais vozes são ouvidas, mais legítimas e eficazes são as escolhas feitas.

Além de fortalecer a democracia, a participação popular é também uma forma de **controle social**. Isso significa que os cidadãos não apenas opinam, mas fiscalizam se os recursos estão sendo aplicados de forma correta. Quando a população se envolve, fica mais difícil que haja desperdício ou desvio de recursos, porque se cria uma rede de acompanhamento e cobrança permanente. É por isso que a educação fiscal tem um papel tão importante: cidadãos informados são cidadãos que sabem exigir seus direitos e cobrar resultados.

Entretanto, a participação só é eficaz quando ocorre de maneira qualificada. Isso exige acesso a informações claras, linguagem acessível e canais de diálogo abertos. Se a população não compreende como funciona o orçamento, não consegue opinar com segurança. Daí a importância de aproximar esses debates da escola, dos movimentos sociais e das comunidades, para que cada vez mais pessoas se sintam parte da gestão pública.



### Para refletir

Você já pesquisou como o orçamento do seu município é elaborado? Participaria de uma audiência pública para opinar sobre onde o dinheiro da sua cidade deve ser investido?



## Atividade

### Simulação – A cidade que queremos.

Imagine que sua cidade vai investir R\$ 100 mil em melhorias. As opções são:

- Reforma da escola;
- Construção de uma praça;
- Compra de ambulância;
- Criação de um centro cultural.

Monte um “miniorçamento participativo” e decida como aplicar o valor.

Miniorçamento Participativo	Valor
_____	<input type="text"/>
_____	<input type="text"/>
_____	<input type="text"/>
_____	<input type="text"/>
_____	<input type="text"/>
_____	<input type="text"/>
_____	<input type="text"/>
_____	<input type="text"/>
_____	<input type="text"/>
_____	<input type="text"/>

Reflexão:

1- Quais critérios você usaria para decidir?

---

---

---

2- Por que é importante que a população participe do orçamento?


## 2. Políticas públicas e distribuição de recursos

O orçamento público não se esgota em números e planilhas. Ele se materializa em **políticas públicas**, que são ações planejadas e executadas pelo Estado para garantir direitos, promover o bem-estar social e responder às demandas da população. Cada real arrecadado em tributos deve retornar em forma de serviços, programas e infraestrutura que melhorem a vida coletiva. Assim, compreender as políticas públicas é compreender a tradução do orçamento em resultados concretos.

As políticas públicas abrangem áreas fundamentais como **educação, saúde, segurança e assistência social**. É nessas áreas que o Estado demonstra sua capacidade de reduzir desigualdades e promover oportunidades mais justas. Ao mesmo tempo, a forma como os recursos são distribuídos entre elas revela as prioridades de cada governo e as escolhas políticas que definem o rumo da sociedade.

Entretanto, a boa gestão desses recursos é um desafio permanente. A má aplicação, a falta de planejamento ou o desperdício comprometem diretamente a efetividade das políticas públicas, gerando prejuízos não apenas financeiros, mas, principalmente, sociais. Por isso, acompanhar a forma como o orçamento é distribuído e utilizado é um exercício de cidadania e uma prática essencial do controle social.

## 2.1 Educação, saúde, segurança e assistência social

A Constituição Federal de 1988 definiu que educação, saúde, segurança e assistência social são direitos fundamentais e, portanto, áreas prioritárias de investimento do Estado. O orçamento público é o instrumento que viabiliza esses direitos, garantindo que políticas universais cheguem à população. A destinação de recursos para essas áreas é uma forma de consolidar o pacto social, pois assegura condições mínimas de dignidade para todos.

Na educação, os recursos sustentam desde a construção de escolas e a contratação de professores até programas como o transporte escolar e a merenda. Na saúde, mantêm hospitais, postos de atendimento, campanhas de vacinação e o funcionamento do SUS. A segurança envolve investimentos em policiamento, tecnologia e prevenção da violência. Já a assistência social garante apoio a famílias em situação de vulnerabilidade, por meio de programas de transferência de renda e proteção social.

Essas quatro áreas são como os **pilares de uma casa**. A educação é o alicerce, pois sustenta o futuro; a saúde é a parede que protege e dá segurança; a assistência social é o telhado que ampara nos momentos de dificuldade; e a segurança é a porta que garante tranquilidade. Se qualquer pilar falha, a casa fica instável — e quem vive nela sente os impactos imediatamente.

A distribuição de recursos entre essas áreas é sempre um desafio, pois as demandas são muitas e os recursos, limitados. Decidir se haverá mais investimentos em educação ou em saúde, por exemplo, envolve escolhas políticas e técnicas. Por isso, acompanhar esses processos é essencial para entender não apenas como o Estado gasta, mas também qual visão de sociedade ele está construindo.



### Na prática

Quando uma cidade inaugura uma nova escola, expande o atendimento hospitalar, fortalece programas sociais ou aumenta a presença de policiamento, estamos diante do orçamento público transformado em políticas concretas que impactam diretamente a vida das pessoas.



## Atividade

### Atividade de Interpretação – O orçamento em ação.

Observe a tabela fictícia abaixo sobre a distribuição de recursos de um município:

Área	Valor destinado (R\$)	Resultado esperado
Educação	3.000.000	Reformar cinco escolas
Saúde	4.000.000	Comprar duas ambulâncias e ampliar o posto
Segurança	2.000.000	Instalar câmeras comunitárias
Assistência Social	1.000.000	Criar programa de apoio familiar

Perguntas:

1- Qual área recebeu mais recursos? Por quê?

---

---

---

2- Quais resultados você considera mais urgentes para sua cidade?

---

---

---

3- O que essa tabela mostra sobre as prioridades do poder público?

---

---

---

---

## 2.2 O impacto da má gestão dos recursos

A boa gestão do orçamento público é condição indispensável para que as políticas públicas tenham resultados positivos. Quando há má gestão — seja por falta de planejamento, desperdício, obras inacabadas ou desvio de recursos — quem sofre é a população. O impacto da má gestão não se mede apenas em números perdidos, mas em direitos não concretizados, oportunidades desperdiçadas e vidas prejudicadas.

A má gestão pode manifestar-se de diferentes formas. Pode estar em um hospital que não recebe equipamentos, apesar de ter verba destinada; em uma escola que permanece em construção por anos sem conclusão; ou em programas sociais que não alcançam o público-alvo por falhas administrativas. Esses exemplos mostram que o problema não está apenas em arrecadar, mas em aplicar corretamente o que já foi arrecadado.

De maneira lúdica, podemos comparar a má gestão a um **balde furado**. Não importa quanta água se coloque dentro dele, ela sempre vaza e nunca chega inteira ao destino. Assim acontece com o dinheiro público mal administrado: em vez de transformar-se em serviços, escoa em desperdícios, falhas de planejamento ou práticas ilícitas.



Sem boa gestão, os recursos arrecadados escorrem pelo balde furado, deixando a sociedade sem serviços de qualidade.

A consequência imediata é a perda de confiança da sociedade nas instituições. Quando os cidadãos percebem que os recursos não são bem administrados, cresce a descrença na política e diminui a participação popular. Além disso, a má gestão amplia as desigualdades, pois quem mais depende do Estado é justamente quem mais sofre com a ausência de políticas eficazes.



### Atenção!

Combater a má gestão exige transparência, fiscalização e participação ativa da sociedade. A cidadania fiscal se fortalece quando o cidadão acompanha de perto os gastos públicos e cobra eficiência e resultados.



### Atividade

#### Desafio Cidadão – O balde furado.

*Leia o caso:*

**“Uma prefeitura recebeu recursos para reformar um hospital. As obras começaram, mas nunca foram concluídas. O dinheiro acabou e o prédio ficou abandonado”.**

Responda:

1- Quais problemas a má gestão causou à população?


2- Além de prejuízo financeiro, que outros impactos sociais essa situação traz?

---

---

---

---

---

---

---

3- Como o controle social poderia evitar isso?

---

---

---

---

---

---

---

### 2.3 Prioridades e escolhas do poder público

O orçamento público é sempre limitado. Por isso, definir prioridades é uma das tarefas mais complexas de um governo. As escolhas de onde investir mais ou menos revelam não apenas necessidades técnicas, mas também valores políticos e sociais. Quando um governo decide ampliar recursos para a educação ou para a saúde, por exemplo, está mostrando qual modelo de sociedade deseja construir.

Essas prioridades nem sempre são fáceis de definir, pois envolvem demandas concorrentes. Investir em infraestrutura pode ser importante para o desenvolvimento econômico, mas pode significar menos recursos imediatos para a assistência social. A escolha de destinar mais verbas para a segurança pode reforçar o policiamento, mas pode reduzir a capacidade de ampliar o atendimento hospitalar. O orçamento é, portanto, um campo de disputa e negociação constante.

Podemos imaginar as escolhas do poder público como um **jogo de quebra-cabeça**. Cada peça representa uma área da sociedade, mas o tabuleiro tem espaço limitado. Se uma peça ocupa muito espaço, as outras precisam ajustar-se. O desafio é montar o quebra-cabeça de forma que todas as peças se encaixem e a figura final represente o interesse coletivo.



As prioridades também variam de acordo com o contexto histórico e social. Em momentos de crise sanitária, como durante a pandemia, a saúde se torna prioridade absoluta. Em períodos de expansão econômica, pode haver mais espaço para investimentos em infraestrutura ou ciência e tecnologia. Essa flexibilidade é necessária para que o orçamento responda às demandas concretas da população em cada momento.



### Para refletir

Se você tivesse que definir a prioridade do orçamento da sua cidade hoje, qual área escolheria? Educação, saúde, segurança, assistência social, infraestrutura? Quais seriam os critérios para essa decisão?



## Fechamento da Unidade 2

O estudo do orçamento público nos revela que ele não é apenas um instrumento técnico de planejamento financeiro, mas um espelho das escolhas políticas e sociais de um país. Cada valor destinado à saúde, à educação, à segurança ou à assistência social expressa prioridades coletivas e compromissos assumidos pelo Estado diante da sociedade. Quando analisamos o orçamento, estamos observando, na prática, o modelo de sociedade que se deseja construir.

Mais do que um documento administrativo, o orçamento é também um **campo de disputa democrática**. Diferentes setores da sociedade buscam visibilidade e espaço para suas demandas, e cabe ao poder público organizar essas vozes em políticas que sejam justas e equilibradas. A participação popular nesse processo é fundamental: sem ela, corre-se o risco de que as decisões sobre o uso do dinheiro público fiquem restritas a pequenos grupos de interesse, enfraquecendo o princípio de que todo poder emana do povo.

A boa gestão dos recursos é igualmente decisiva. Um orçamento bem planejado, executado com eficiência e acompanhado de perto pela população, pode gerar avanços significativos na redução das desigualdades sociais. Por outro lado, a má gestão corrói a confiança nas instituições, compromete o desenvolvimento e frustra expectativas. O dinheiro público, quando desperdiçado ou mal administrado, representa oportunidades perdidas para milhões de cidadãos que dependem dele para viver com dignidade.

O orçamento também tem o papel de **educar para a cidadania**. Ao compreender como funciona o ciclo orçamentário, as leis que o regulam e a lógica das prioridades públicas, o estudante desenvolve uma visão crítica sobre o Estado e a sociedade. Essa consciência é o primeiro passo para que os jovens se tornem cidadãos ativos, capazes de fiscalizar, propor e transformar realidades. É nesse ponto que a educação fiscal cumpre sua função: mostrar que cada decisão orçamentária tem impacto direto na vida coletiva.

Por fim, o orçamento público deve ser visto como um instrumento de **justiça social e solidariedade**. Ao destinar recursos para políticas universais e redistributivas, o Estado cumpre seu papel de equilibrar desigualdades e garantir direitos. A cidadania fiscal, nesse sentido, não é apenas pagar tributos, mas acompanhar como eles são utilizados, cobrar resultados e participar das decisões. Fortalecer essa consciência é essencial para que o Brasil avance rumo a uma sociedade mais justa, democrática e participativa.



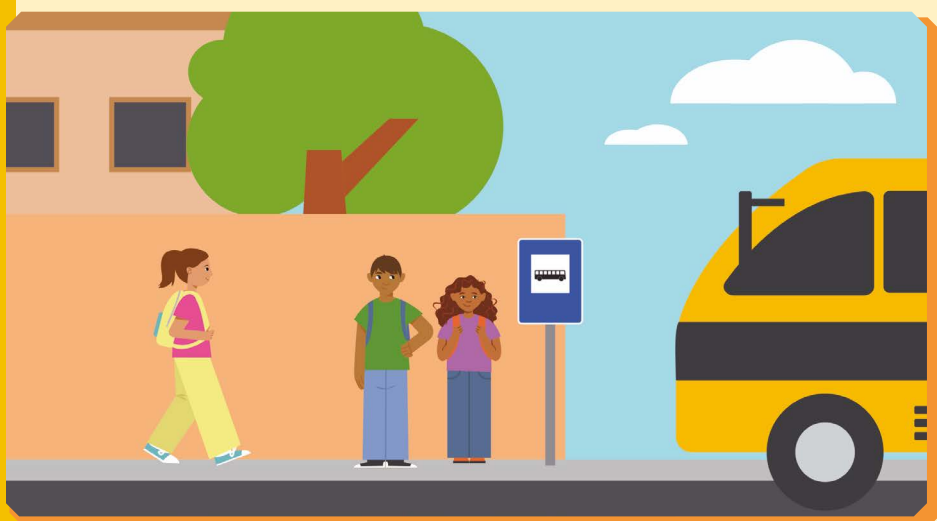
TEMA

3

## Participação social e controle dos recursos públicos

### Objetivo:

Investigar as formas de participação da sociedade no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e no combate à corrupção.



## Competências e habilidades BNCC:

**EM13CHS105:** analisar o papel da sociedade civil na fiscalização das ações do Estado.

**EM13CHS203:** avaliar os efeitos da corrupção na vida pública e privada.

**EM13CHS202:** discutir o papel da ética nas práticas sociais e institucionais.

participação  
social

Recursos  
Públicos

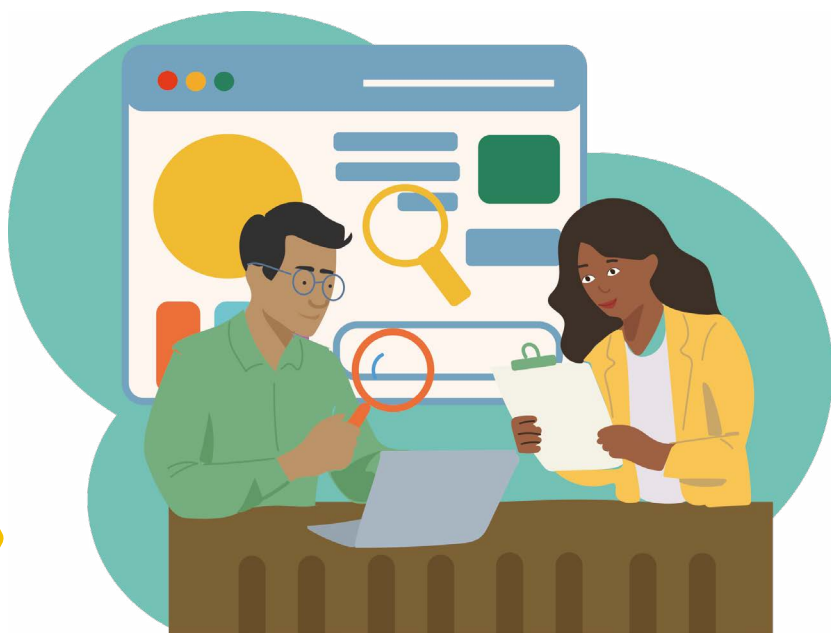
Combate à  
Corrupção

## Introdução

A democracia não se resume ao ato de votar em eleições. Embora o voto seja um direito fundamental e a principal forma de escolha de representantes, ele não garante, por si só, que os interesses coletivos sejam respeitados. A democracia exige acompanhamento constante, fiscalização cotidiana e participação ativa da sociedade na formulação e na execução das políticas públicas. É nesse ponto que entram o **controle social** e a **transparência pública**: mecanismos que permitem transformar cada cidadão em um observador atento e em um participante efetivo da gestão do Estado.

O controle social refere-se ao direito da população de acompanhar como os tributos arrecadados estão sendo aplicados, de questionar prioridades e de cobrar eficiência do poder público. Trata-se de uma prática que fortalece o contrato social, pois reafirma que o governo administra recursos que não lhe pertencem, mas que são fruto do esforço coletivo da sociedade. Quanto mais a população participa, mais legítimas se tornam as decisões políticas e maior é a confiança nas instituições.

A transparência, por sua vez, é o alicerce que possibilita o controle social. Sem acesso à informação, não há participação qualificada. É por meio de leis, portais, relatórios e audiências públicas que a sociedade tem a oportunidade de compreender e fiscalizar o uso do dinheiro público. Esse processo de abertura é fundamental para prevenir a má gestão e combater a corrupção, criando uma cultura de responsabilidade compartilhada entre governo e cidadãos.



Além disso, a participação social fortalece a cidadania porque aproxima a comunidade das decisões que impactam diretamente a sua vida cotidiana. Quando os cidadãos se reúnem em conselhos de saúde ou educação, participam de audiências públicas ou utilizam os portais de transparência, não estão apenas exercendo um direito; estão praticando a solidariedade democrática, contribuindo para que recursos coletivos sejam aplicados de forma justa. Essa participação dá voz às demandas locais e transforma o orçamento público em um reflexo mais fiel das necessidades da sociedade.

Por fim, compreender os instrumentos de controle social e transparência é um passo essencial para os jovens estudantes, que precisam reconhecer-se como protagonistas da democracia. O acompanhamento do uso dos recursos públicos não é uma tarefa distante ou restrita a especialistas: é uma prática cidadã acessível a todos, que deve ser estimulada desde cedo. Afinal, quanto maior a participação da sociedade, maior é a chance de que os recursos públicos sejam transformados em políticas que atendam, de fato, às necessidades da população.

## 1. Controle social e transparência pública

O controle social e a transparência são instrumentos inseparáveis. De um lado, a sociedade precisa de informações claras, acessíveis e confiáveis sobre a arrecadação e o gasto dos recursos públicos. De outro, essas informações só ganham sentido quando transformadas em participação ativa dos cidadãos, seja por meio de conselhos, audiências públicas ou iniciativas comunitárias.

Quando um governo adota práticas de transparência, abre espaço para que a população se torne parceira na gestão pública. Quando a sociedade se organiza e participa, aumenta a pressão para que o Estado seja mais responsável, justo e eficiente. Esse equilíbrio entre informação e participação é o que chamamos de controle social: a capacidade do cidadão de fiscalizar e influenciar a forma como o dinheiro público é aplicado.

### 1.1 Leis de Acesso à Informação e mecanismos de transparência

A **Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)** representou um marco para a democracia brasileira. Ela estabeleceu que qualquer

cidadão pode solicitar informações a órgãos públicos sem precisar justificar o motivo do pedido. Essa lei consagrou o princípio de que os dados do Estado pertencem à sociedade e que a transparência é a regra, enquanto o sigilo é a exceção. Seu impacto vai além da esfera legal: ela muda a cultura administrativa, fortalecendo a noção de que o governo deve prestar contas constantemente.

Além da LAI, outros mecanismos de transparência foram instituídos ao longo das últimas décadas. A **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, de 2000, determinou que União, Estados e Municípios precisam divulgar relatórios periódicos de receitas e despesas, abrindo caminho para um maior controle sobre a gestão fiscal. A Constituição de 1988 também já previa princípios de publicidade e eficiência, que se tornaram pilares para a administração pública. Esses instrumentos criam uma base legal sólida para que a sociedade acompanhe de perto os atos governamentais.

Antes, o cidadão enxergava apenas os resultados finais, muitas vezes distantes da sua realidade. Com as leis de transparência, essa janela se abre, permitindo observar os processos de dentro: como os recursos são arrecadados, para onde vão, quem decide sobre eles e quais resultados são alcançados. Sem essa janela, a casa da democracia fica escura; com ela, todos podem ver com clareza o que está acontecendo.

A efetividade da transparência, no entanto, depende de dois fatores: a clareza das informações e a capacidade da sociedade de utilizá-las. Não basta divulgar relatórios extensos e técnicos que poucos conseguem compreender. É necessário simplificar a linguagem, criar canais acessíveis e estimular a cultura cidadã de buscar informações. A transparência só se completa quando é transformada em instrumento de mobilização e cobrança social.

A LAI também fortaleceu o jornalismo investigativo, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais que utilizam os dados públicos para denunciar irregularidades e propor melhorias. Isso mostra que a lei não beneficia apenas indivíduos isolados, mas amplia a capacidade coletiva de monitorar o Estado.

Por fim, é importante ressaltar que a transparência não é uma concessão do governo, mas um **direito fundamental do cidadão**. Trata-se de um avanço civilizatório que coloca o Brasil em sintonia com as democracias modernas, onde o acesso à informação é considerado condição básica para a participação política.



## Você sabia?

Desde 2012, qualquer brasileiro pode solicitar dados de órgãos públicos federais, estaduais ou municipais sem precisar justificar o motivo. O órgão tem um prazo de até 20 dias para responder.



## Atividade

### Interpretativa – “Pedir informação é um direito”.

Leia o trecho adaptado da LAI:

**“Qualquer pessoa pode solicitar informações de órgãos públicos, sem precisar justificar o motivo”.**

Tarefa:

1- Cite três exemplos de informações que você pediria ao seu município/estado.

---

---

---

2- Explique por que essas informações são de interesse público.

---

---

---

3- Essas informações devem ter transparência ativa (o governo publica sem pedir) ou transparência passiva (publica quando alguém solicita)? Justifique.

---

---

---

## 1.2 Portais de dados públicos e relatórios oficiais

A ampliação do acesso à informação no Brasil ganhou força com a criação dos portais de transparência e a obrigatoriedade de publicação dos **relatórios oficiais de gestão fiscal**. Esses instrumentos são a materialização prática da ideia de governo aberto: qualquer cidadão, com acesso à internet, pode verificar como o dinheiro público está sendo arrecadado e utilizado. Essa inovação trouxe a gestão pública para mais perto do cotidiano das pessoas, permitindo que a sociedade acompanhe, de forma direta, informações antes restritas a relatórios técnicos de difícil compreensão.

Os portais de transparência são mantidos por órgãos da União, Estados e Municípios e oferecem dados sobre receitas, despesas, licitações, contratos, repasses e transferências. Além disso, permitem consultas específicas por área, como saúde, educação ou infraestrutura. A obrigatoriedade desses portais decorre da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000) e da Lei de Acesso à Informação (2011), que, juntas, estabeleceram que a publicidade deve ser a regra. Com isso, a sociedade ganhou ferramentas concretas para exercer o controle social de forma mais qualificada.

Os **relatórios oficiais**, como o **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)** e o **Relatório de Gestão Fiscal (RGF)**, também são fundamentais. Eles mostram, em períodos regulares, se as metas fiscais estão sendo cumpridas, qual o volume de despesas realizadas e como está a situação da dívida pública. Embora sejam documentos técnicos, sua publicação é obrigatória e funciona como instrumento de fiscalização tanto para órgãos de controle quanto para cidadãos e organizações da sociedade civil.

Para ilustrar, podemos imaginar os portais e relatórios como um **painel de vidro em uma cozinha de restaurante**. Antes, os clientes apenas recebiam a comida pronta, sem saber o que acontecia dentro da cozinha. Agora, com o painel transparente, todos podem ver os ingredientes, o preparo e a higiene do ambiente. O mesmo ocorre com o orçamento: os portais e relatórios mostram os bastidores da administração, permitindo que o cidadão avalie se os “ingredientes” (recursos) estão sendo usados de forma adequada e se o “prato final” (políticas públicas) está chegando com qualidade à mesa da população.

No entanto, a existência dos portais e relatórios não garante, por si só, a participação popular. Muitos desses instrumentos ainda

## Transparência: vendo os bastidores do dinheiro público



Antes: informações restritas, população não sabia como o dinheiro era gasto.

Agora: portais e relatórios permitem ver como os recursos estão sendo usados.

Assim como uma cozinha transparente mostra como a comida é preparada, os portais e relatórios mostram como os tributos se transformam em serviços para a sociedade

apresentam linguagem excessivamente técnica, gráficos complexos e informações pouco acessíveis para quem não é especialista. É preciso avançar na simplificação e na educação fiscal para que estudantes, trabalhadores e lideranças comunitárias possam usar esses dados de maneira prática. A transparência só se torna real quando as informações publicadas são compreendidas pela sociedade.

Outro desafio é a desigualdade de acesso à internet, que ainda limita a participação de comunidades mais vulneráveis. Por isso, o fortalecimento da cultura de controle social deve vir acompanhado de políticas de inclusão digital e de incentivo ao uso de dados públicos em escolas, universidades e movimentos sociais. Quanto mais pessoas aprenderem a ler e interpretar os relatórios oficiais, maior será a força coletiva para cobrar eficiência e combater irregularidades.

## Caminho dos dados públicos

Ideia central: mostrar o trajeto da informação, da arrecadação até o controle social.



A informação percorre um caminho: do dinheiro arrecadado até a fiscalização social.

Assim, os portais e relatórios não são apenas ferramentas burocráticas: **são janelas de fiscalização cidadã**, que permitem transformar informações em poder social. O acesso aos dados deve ser entendido como parte do direito à cidadania, pois é a partir deles que a sociedade consegue questionar, propor e fiscalizar a aplicação dos tributos que financiam o Estado.



### Na prática

Qualquer cidadão pode acessar o Portal da Transparência da União ou de seu município e consultar, por exemplo, quanto foi gasto com merenda escolar, medicamentos ou obras públicas. É uma oportunidade de ver de perto o caminho do dinheiro público.



## Atividade

### Leitura de Dados – Painel da Minha Cidade (fictício).

Analise a tabela simplificada (valores fictícios):

Área	Previsto (R\$)	Executado (R\$)	% Execução
Educação	2.000.000	1.500.000	75%
Saúde	1.600.000	1.600.000	100%
Cultura	300.000	90.000	30%

Perguntas:

1- Qual área executou integralmente o que foi previsto?

2- Qual área teve menor execução? O que isso pode indicar?

3- Escreva duas perguntas que você faria ao gestor sobre esses números.

4- Por que relatórios oficiais (RREO, RGF, prestações de contas) ajudam no controle social?

### 1.3 Conselhos e audiências públicas

Os conselhos e as audiências públicas são espaços institucionais criados para aproximar o cidadão das decisões do Estado. Eles funcionam como canais organizados de participação, nos quais a população pode acompanhar, propor e fiscalizar políticas públicas. Mais do que uma formalidade legal, representam a prática concreta da democracia participativa: o poder público compartilha parte de sua responsabilidade decisória com a sociedade civil, reconhecendo que o governo não pode, nem deve, atuar de forma isolada.

Os **conselhos** existem em diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social e meio ambiente. Eles reúnem representantes da sociedade civil (moradores, movimentos sociais, associações) e do poder público (prefeitura, secretarias, órgãos técnicos), que se encontram periodicamente para discutir prioridades e monitorar a execução de programas. Esses espaços garantem que a voz da comunidade seja ouvida de maneira institucionalizada, permitindo que demandas locais se transformem em políticas mais adequadas à realidade de cada território.

As **audiências públicas**, por sua vez, são encontros abertos em que qualquer cidadão pode participar. Elas são convocadas para debater projetos de lei, discutir o orçamento ou apresentar propostas para áreas específicas. Nessas ocasiões, a população tem a oportunidade de dialogar diretamente com representantes do governo, expondo suas críticas, sugestões e reivindicações. Embora muitas vezes pouco valorizadas, as audiências públicas são momentos de fortalecimento da cidadania e de exercício direto da democracia.

Podemos compará-los a uma **assembleia de condomínio**. Quando moradores se reúnem para decidir sobre reformas, gastos e regras de convivência, todos têm a chance de expor sua opinião e votar. Se apenas o síndico tomasse todas as decisões, o risco seria de obras que não atendem às necessidades dos moradores ou de gastos que não refletem a vontade coletiva. O mesmo ocorre com conselhos e audiências: quando a sociedade participa, as decisões se tornam mais legítimas e próximas da realidade.

A presença da sociedade nesses espaços é fundamental para aumentar a transparência e a legitimidade das políticas públicas. Quando os cidadãos acompanham de perto, cresce a confiança nas instituições e reduz-se a possibilidade de desperdício ou desvio de recursos. Além disso, a diversidade de vozes garante que diferentes

grupos sociais sejam contemplados, evitando que apenas os interesses de uma parcela da população prevaleçam.

Ainda assim, há desafios. Muitos conselhos sofrem com baixa representatividade ou com a dificuldade de engajamento da população. Já as audiências públicas, quando mal divulgadas ou realizadas de forma burocrática, não conseguem atrair a participação que poderiam. Superar esses obstáculos exige investimento em educação fiscal, em comunicação acessível e em incentivos reais para que a sociedade veja sentido em participar.

Por isso, conselhos e audiências não devem ser encarados como rituais obrigatórios, mas como oportunidades de fortalecer a democracia. Quanto mais pessoas se envolvem, mais difícil fica a prática da má gestão e da corrupção, pois cresce a rede de vigilância cidadã. Além disso, esses espaços permitem que o orçamento público seja ajustado às necessidades locais, evitando que políticas sejam desenhadas apenas de cima para baixo.



### Para refletir

Você já participou ou conhece alguém que participou de um conselho municipal ou de uma audiência pública? Quais diferenças poderia fazer se mais pessoas se envolvessem nessas decisões?



### Atividade

#### **Cívica – “Eu no Conselho/Audiência”.**

Considere que haverá uma audiência pública sobre prioridades do bairro.

Tarefa:

1- Defina um tema de interesse (exemplo: transporte escolar, iluminação, reforma da escola ou outro).

2- Escreva uma fala de cinco a oito linhas com: (1) problema, (2) dado/observação, (3) proposta objetiva.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

3- Indique qual conselho municipal poderia acompanhar o tema (exemplo: educação, saúde, assistência social) e por quê.

---

---

---

**Minha participação conta**



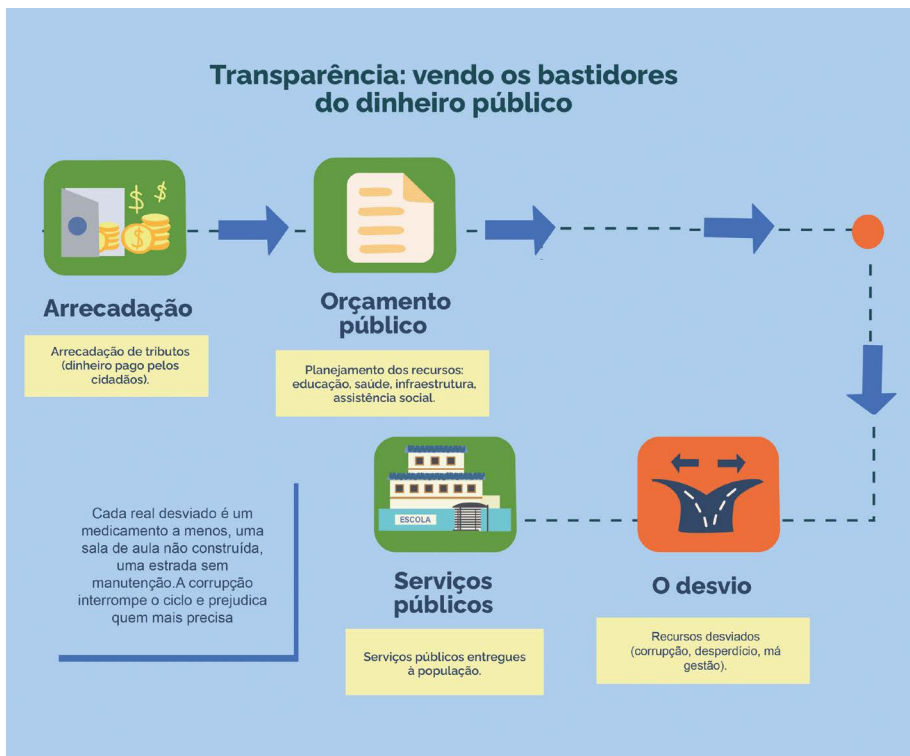
## 2. Corrupção e responsabilidade cidadã

A corrupção representa um dos principais obstáculos para que o orçamento público cumpra sua função social. Cada recurso desviado ou mal administrado significa menos investimentos em saúde, educação, segurança e assistência social. Além de prejudicar diretamente a população, ela enfraquece a confiança nas instituições e ameaça a legitimidade da democracia.

Enfrentar esse problema exige responsabilidade compartilhada entre Estado e sociedade. O poder público deve adotar mecanismos de transparência e controle, enquanto os cidadãos precisam cultivar a honestidade em seus atos cotidianos, acompanhar a aplicação dos recursos e denunciar irregularidades. Assim, a cidadania fiscal se fortalece como prática coletiva de defesa do bem comum.

### 2.1 Impactos da corrupção no orçamento público

A corrupção é um dos maiores obstáculos para que o orçamento público cumpra sua função social. Quando recursos destinados à saúde, educação, infraestrutura ou assistência social são desviados,



a sociedade perde duas vezes: primeiro, porque o dinheiro arrecadado deixa de financiar os serviços essenciais; depois, porque aumenta a descrença nas instituições e o enfraquecimento da confiança na democracia. Assim, a corrupção não afeta apenas a economia, mas corrói a própria base do contrato social que sustenta a vida coletiva.

Os impactos da corrupção são visíveis no cotidiano. Uma escola que não é concluída, um hospital que não recebe equipamentos, uma estrada que permanece esburacada, apesar de verbas já terem sido destinadas — todos esses são exemplos de como o desvio de recursos prejudica diretamente a qualidade de vida da população. Em vez de se transformar em direitos e oportunidades, o dinheiro público desviado se converte em atraso social, desigualdade e exclusão.

Além do prejuízo direto, a corrupção compromete a eficiência do orçamento. Cada real desviado representa menos medicamentos disponíveis, menos salas de aula construídas, menos investimentos em segurança ou saneamento. É como se a sociedade estivesse tentando encher um copo de água, mas alguém constantemente furasse o fundo, fazendo com que nunca seja possível saciar a sede. Esse desperdício não é apenas financeiro, mas humano, porque retira de milhões de pessoas a chance de viver com dignidade.

Outro impacto profundo é o enfraquecimento da confiança social. Quando a população percebe que o dinheiro público não é bem administrado, cresce a descrença na política e diminui a participação popular. Esse ciclo é perigoso: menos confiança leva a menos envolvimento, o que, por sua vez, abre espaço para mais práticas corruptas. Combater a corrupção, portanto, não é apenas uma questão de punir os culpados, mas de reconstruir a relação de confiança entre governo e sociedade.

A corrupção também gera desigualdade, pois afeta principalmente os mais pobres, que dependem diretamente dos serviços públicos. Enquanto quem tem mais recursos pode recorrer a escolas ou hospitais privados, os que vivem em situação de vulnerabilidade ficam sem alternativas quando o dinheiro público é mal utilizado. Assim, a corrupção não é apenas um crime contra o Estado, mas uma injustiça contra os que mais precisam.



## Atenção!

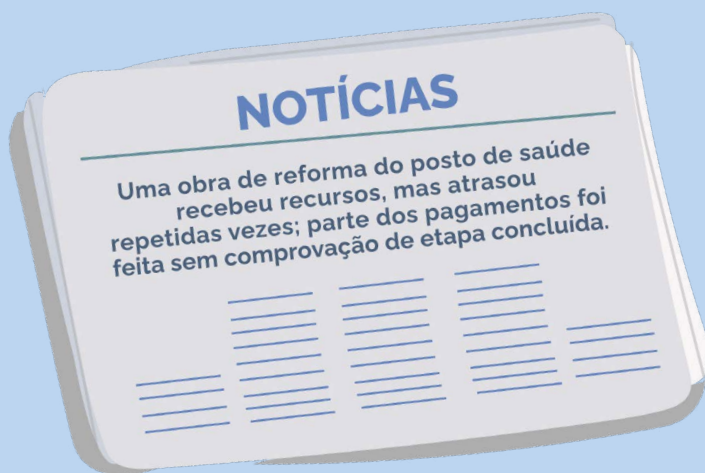
O combate à corrupção não é responsabilidade apenas dos órgãos de controle. A cidadania ativa exige que cada pessoa acompanhe, questione e participe dos espaços de fiscalização. Quanto maior a vigilância da sociedade, menores são as brechas para que recursos sejam desviados.



## Atividade

### Causa-Efeito – Quando o dinheiro não chega.

Leia o caso fictício:



Tarefa:

1- Liste três causas possíveis e três efeitos sociais.


2- Escreva duas ações de prevenção.

---

3- Quem mais sente o impacto dessas falhas?

---

## 2.2 Atos cotidianos e cultura da honestidade

A corrupção não se manifesta apenas em grandes escândalos políticos ou empresariais noticiados na mídia. Ela também está presente em pequenas práticas do cotidiano que, muitas vezes, passam despercebidas ou são vistas como “jeitinhos” aceitáveis. Ao furar filas, oferecendo vantagens para obter benefícios indevidos, sonegar pequenas taxas ou falsificar documentos, o cidadão também compromete a cultura de honestidade e enfraquece o pacto social. Esses atos, quando somados, criam um ambiente de permissividade em que a corrupção de maior escala encontra terreno fértil para desenvolver-se.

A construção de uma cultura da honestidade começa nas pequenas escolhas individuais. Pagar a passagem no transporte público, respeitar a vez em serviços de saúde, não usar indevidamente recursos da escola ou do trabalho são exemplos de atitudes que fortalecem a ética coletiva. A honestidade cotidiana cria um círculo virtuoso: quanto mais pessoas agem corretamente, mais difícil se torna justificar práticas ilegais ou imorais. A cidadania responsável depende dessa coerência entre o que se exige do Estado e o que se pratica no dia a dia.

Podemos imaginar a cultura da honestidade como a **manutenção de uma corrente**. Cada elo representa uma atitude honesta, seja ela grande ou pequena. Quando todos os elos estão firmes, a corrente é forte e capaz de sustentar grandes pesos. Mas, se vários elos são frágeis ou quebrados, a corrente se rompe, por mais que alguns elos permaneçam resistentes. Assim também ocorre na sociedade: sem a prática cotidiana da honestidade, os mecanismos institucionais de combate à corrupção perdem força.

Essa dimensão ética da vida cotidiana precisa ser reforçada desde cedo. A escola tem papel central ao valorizar práticas de solidariedade, cooperação e respeito às regras. Em casa, as famílias transmitem valores de justiça, cuidado e responsabilidade. Na comunidade, cada gesto de respeito às normas fortalece a confiança entre vizinhos, colegas e cidadãos. A cultura da honestidade não nasce espontaneamente: ela é resultado de educação, exemplo e prática constante.

É importante também reconhecer que pequenos atos desonestos impactam mais do que se imagina. Um documento falsificado pode prejudicar concorrentes justos, uma taxa não paga reduz os recursos disponíveis para serviços públicos, uma fraude em um concurso desmotiva aqueles que se prepararam de maneira honesta. Cada escolha individual contribui para um ambiente social mais íntegro ou mais permissivo.

Fortalecem a honestidade	Enfraquecem a honestidade
Pagar a passagem no transporte público.	Pular a catraca ou não validar o bilhete.
Respeitar a vez na fila do SUS, escola ou serviços públicos.	Usar “contatos” para furar filas ou conseguir privilégios.
Declarar corretamente informações em cadastros ou concursos.	Falsificar documentos ou mentir em formulários para obter vantagens.
Cumprir pequenos deveres fiscais (taxas, contribuições locais).	Sonegar pequenas taxas ou buscar meios de não pagar obrigações.
Preservar equipamentos e materiais de uso coletivo.	Levar para casa ou usar indevidamente recursos públicos ou do trabalho.

A responsabilidade cidadã, portanto, exige coerência: não se pode cobrar honestidade de governantes enquanto se pratica desonestidade em situações cotidianas. A coerência ética é um exercício de cidadania ativa, que demonstra que a luta contra a corrupção começa em cada um de nós. Quando o compromisso com a honestidade se torna parte da cultura social, abre-se espaço para que as instituições públicas funcionem de maneira mais justa e eficaz.



## Para refletir

Se você já considerou que uma “pequena vantagem” não faria diferença, pense novamente. Quantos milhares de cidadãos tomam a mesma decisão todos os dias? Que impacto isso causa no coletivo?

### Ética pessoal, confiança social e combate à corrupção



## Atividade

### Julgamento Ético – No dia a dia, faz diferença.

Classifique as situações como ÉTICO / ANTIÉTICO e justifique:

1- “Compartilhar *fake news* sobre gastos públicos sem checar a fonte”.

ÉTICO

ANTIÉTICO

2- “Recusar benefício indevido (furar fila/‘jeitinho’) em serviço público”.

ÉTICO

ANTIÉTICO

3- “Guardar para si um erro de cobrança que te favoreceu”.

ÉTICO

ANTIÉTICO

4- “Exigir nota fiscal ao comprar material escolar”.

ÉTICO

ANTIÉTICO

Pergunta final: dê um exemplo seu (vida escolar/comunitária) de atitude que fortaleça a cultura da honestidade.


## 2.3 Como denunciar e fiscalizar

O combate à corrupção não depende apenas da atuação de órgãos públicos de controle. Ele também precisa da participação ativa da sociedade, que tem o direito e o dever de denunciar irregularidades e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Muitas vezes, cidadãos observam situações suspeitas — como obras paradas, licitações duvidosas ou contratos mal explicados — mas não sabem como agir. A informação de que qualquer pessoa pode denunciar é o primeiro passo para que a cidadania se torne mais efetiva.

No Brasil, existem diferentes canais formais de denúncia. O **Ministério Público** (Federal e Estadual) atua como fiscal da lei e recebe comunicações de irregularidades. Os **Tribunais de Contas** também oferecem espaços para que a população registre queixas sobre uso indevido de recursos. Além disso, as **Controladorias (CGU e estaduais/municipais)** mantêm ouvidorias e sistemas online, como o **Fala.BR**, que permitem registrar denúncias de forma simples e acessível. Essa diversidade de canais amplia as possibilidades de atuação da sociedade.

A fiscalização também se dá no cotidiano, quando o cidadão acompanha os relatórios oficiais, consulta os portais de transparência ou participa de audiências públicas e conselhos. Esses mecanismos de controle social permitem que a população não apenas denuncie irregularidades, mas também atue de forma preventiva, acompanhando a execução de obras e programas e cobrando a conclusão de serviços. A denúncia, portanto, não é um ato isolado, mas parte de uma cultura de vigilância democrática.

Podemos comparar a denúncia a um **sinal de alarme em um prédio**. Quando alguém percebe fumaça ou fogo, aciona o alarme para que todos saibam do perigo e para que medidas sejam tomadas rapidamente. Da mesma forma, quando um cidadão denuncia uma irregularidade, ele aciona um alerta para que órgãos competentes investiguem e tomem providências. Se ninguém aciona o alarme, o fogo se espalha; se ninguém denuncia, a corrupção se multiplica.

É importante destacar que a denúncia pode ser feita de forma anônima, garantindo a segurança de quem a realiza. Isso é essencial para encorajar pessoas que têm receio de represálias. Além disso, a sociedade deve compreender que fiscalizar não é “desconfiar de tudo”, mas sim acompanhar com responsabilidade, cobrando clareza e resultados. A cidadania ativa equilibra o direito de questionar com a obrigação de agir com ética e consciência.

Outro aspecto fundamental é a educação fiscal: quanto mais os cidadãos souberem interpretar relatórios, compreender o orçamento e acessar dados oficiais, maior será a capacidade de fiscalizar com qualidade. Denunciar é importante, mas prevenir e acompanhar de forma constante é ainda mais eficaz. Assim, a sociedade fortalece a confiança nas instituições e contribui para a construção de uma cultura de integridade.



### Na prática

Qualquer pessoa pode acessar o portal **Fala.BR (Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação)** e registrar uma denúncia ou pedido de informação sobre a gestão pública. O processo é simples, pode ser feito online e garante a resposta dos órgãos competentes.

## Como exercer a fiscalização cidadã



### Observar o cotidiano

Note obras paradas, serviços que não funcionam ou gastos suspeitos.



### Consultar os portais de transparência

Verifique receitas, despesas e contratos públicos disponíveis online.



### Participar de conselhos ou audiências públicas

Dê sua opinião e acompanhe as decisões coletivas.



### Registrar denúncias quando necessário

Use canais oficiais como Fala.BR, Ministério Público ou Tribunal de Contas.



### Compartilhar informações com a comunidade

Converse sobre o que descobriu e incentive outros a fiscalizar.



## Atividade

### Procedimental – Passo a passo da denúncia responsável.

Complete o checklist com base em boas práticas de denúncia/manifestação em ouvidorias oficiais/portais (exemplo: Fala.BR).

Checklist (marque ✓):

- Descrever fato de forma objetiva (o quê, onde, quando);
- Evitar acusações sem prova; anexar documentos/fotos quando possível;
- Indicar órgão/setor responsável pelo tema;
- Solicitar retorno (nº de protocolo);



monitorados e cobrados pela população que os financia.

Ao longo deste tema, vimos que a transparência não pode ser reduzida a relatórios técnicos ou informações burocráticas. Ela só ganha sentido quando é transformada em instrumento de mobilização social, quando possibilita que cidadãos, estudantes, organizações e movimentos se tornem agentes ativos da fiscalização. Mais do que abrir dados, é preciso criar condições para que esses dados sejam compreendidos, discutidos e utilizados no fortalecimento da democracia.

O controle social também é uma forma de prevenção. Uma sociedade atenta e participativa reduz o espaço para a má gestão e para a corrupção, porque amplia a vigilância sobre o destino do dinheiro público. Ao mesmo tempo, a participação em conselhos, audiências e iniciativas comunitárias mostra que a cidadania não se limita a votar: ela se expressa em práticas cotidianas de acompanhamento e cobrança. Cada voz que se manifesta nesses espaços contribui para tornar as políticas públicas mais justas e adequadas às reais necessidades da população.

Outro aspecto relevante é o fortalecimento da confiança entre governo e sociedade. Quando o Estado se mostra transparente e a população participa ativamente, cria-se um ciclo positivo de corresponsabilidade. O cidadão percebe que sua participação faz diferença, e o governo ganha legitimidade em suas decisões. Essa relação de confiança é essencial para o desenvolvimento social, porque transforma a política em um espaço de diálogo, e não apenas de imposição.

Por fim, compreender a importância do controle social é reconhecer que cada cidadão é parte fundamental da engrenagem democrática. Não existe recurso público “sem dono”: ele pertence à coletividade e deve ser acompanhado com o mesmo zelo que temos pelos bens privados. O futuro de uma sociedade mais justa, equilibrada e solidária depende de cidadãos conscientes de seus direitos, mas também dispostos a assumir suas responsabilidades. Participar, fiscalizar e denunciar não são tarefas opcionais, mas expressões concretas da cidadania fiscal.

TEMA

# 4

## Educação Fiscal na vida cotidiana

### Objetivo:

Refletir sobre a importância da Educação Fiscal na construção de uma sociedade mais justa, solidária e participativa, conectando os conteúdos com o cotidiano dos jovens.



## Competências e habilidades BNCC:

**EM13CHS106:** relacionar práticas sociais com valores éticos e solidários.

**EM13CHS107:** utilizar diferentes fontes e linguagens para expressar ideias e posicionamentos críticos.



## Introdução

A Educação Fiscal não é apenas um conjunto de conceitos técnicos sobre tributos, orçamento e finanças públicas. Ela é, acima de tudo, um convite à reflexão sobre como cada escolha individual e coletiva se conecta ao funcionamento do Estado e à construção de uma sociedade mais justa e solidária. Compreender a presença dos tributos na vida diária é um passo fundamental para perceber que o pagamento e a fiscalização desses recursos não são abstrações distantes, mas parte do cotidiano de todos nós.

No dia a dia, desde a compra de um lanche até o pagamento de serviços de internet, os tributos estão presentes. Cada valor arrecadado contribui para financiar políticas públicas que retornam em forma de escolas, hospitais, transportes e segurança. Reconhecer essa ligação direta entre consumo e cidadania é essencial para que jovens e adultos compreendam que o exercício fiscal responsável fortalece o contrato social e melhora as condições de vida da coletividade.

Além disso, refletir sobre a Educação Fiscal no cotidiano é entender que a cidadania vai muito além de votar ou exigir direitos. Ela envolve práticas concretas, como pedir a nota fiscal, acompanhar os gastos públicos e adotar hábitos de consumo consciente. Dessa forma, os estudantes percebem que pequenas ações cotidianas contribuem para transformar realidades e ampliar a justiça social.

### 1. A presença dos tributos na vida diária

Muitas vezes, os tributos são vistos como algo distante, restrito a empresas ou ao governo. No entanto, eles estão presentes em quase todas as situações do cotidiano: na compra de alimentos, no uso do transporte, na conta de luz ou até no ingresso do cinema. Compreender essa presença é fundamental para desfazer a ideia de que a Educação Fiscal é um tema restrito a especialistas. Na prática, todos são contribuintes e, portanto, participantes ativos do financiamento das políticas públicas.

Ao perceber que o consumo está diretamente ligado ao pagamento de tributos, os jovens conseguem associar sua própria rotina ao funcionamento do Estado. Essa consciência torna mais claro que a cidadania fiscal não é apenas cumprir obrigações, mas entender como cada escolha, mesmo simples, pode impactar a coletividade.

## 1.1 Nota fiscal e consumo consciente

Pedir a nota fiscal é um dos gestos mais simples e, ao mesmo tempo, mais poderosos para fortalecer a cidadania fiscal. A emissão da nota garante que a transação comercial seja registrada e que os tributos devidos cheguem aos cofres públicos. Quando essa prática é ignorada, abre-se espaço para a sonegação, que enfraquece o financiamento das políticas públicas e prejudica toda a sociedade. Assim, ao exigir a nota, o consumidor torna-se um agente de fiscalização e um colaborador direto na construção de uma gestão mais justa e transparente.

Esse gesto cotidiano também contribui para o **consumo consciente**. Ao valorizar empresas que cumprem suas obrigações fiscais, o cidadão ajuda a fortalecer práticas comerciais responsáveis e éticas. Por outro lado, ao aceitar compras sem nota, contribui, ainda que indiretamente, para a informalidade e para a perda de recursos que poderiam ser aplicados em saúde, educação e segurança. Consumir de forma consciente é, portanto, uma escolha que une benefício individual e responsabilidade coletiva.



Outro aspecto importante é que muitos estados oferecem programas de incentivo, como sorteios e devolução de parte do imposto pago, para estimular a emissão da nota fiscal. Essas iniciativas reforçam a ideia de que a prática de pedir a nota deve ser incorporada à rotina, não apenas pelos benefícios imediatos, mas pelo impacto social. Os jovens, em especial, podem ser protagonistas nessa transformação, ajudando a criar uma cultura de valorização da legalidade e da justiça fiscal.

O consumo consciente também se relaciona a escolhas mais amplas, como preferir produtos de empresas comprometidas com práticas ambientais, sociais e de governança. Assim, a cidadania fiscal se conecta a outras dimensões de responsabilidade coletiva, mostrando que o ato de consumir envolve valores éticos que ultrapassam o simples ato de comprar.

Por fim, compreender a importância da nota fiscal é compreender que a cidadania fiscal começa em gestos aparentemente pequenos, mas que, somados, têm grande impacto. Cada jovem que adota essa prática contribui para consolidar uma sociedade mais solidária, onde os recursos arrecadados retornam em serviços de qualidade para todos.



### Você sabia?

Pedir a nota fiscal ajuda a combater a sonegação e, em alguns estados, garante benefícios como participação em sorteios e até desconto no IPVA.





## Atividade

### Procedimental – Interativa – De olho na nota!

Você já observou os tributos indicados na sua nota fiscal?

Analise o exemplo abaixo (valores fictícios):

Produto	Valor (R\$)	Tributos aproximados (R\$)	Percentual (%)
Caderno escolar	15,00	2,25	15%
Lanche	12,00	2,40	20%
Tênis	200,00	60,00	30%

Perguntas:

1- Qual item teve o maior percentual de tributo?

2- Quem paga mais proporcionalmente: quem compra pouco ou quem compra muito?

3- Como exigir a nota fiscal ajuda no controle social e combate à sonegação?

## 1.2 Tributação e desigualdade

A forma como um país arrecada seus tributos influencia diretamente a justiça social. Não basta analisar quanto se arrecada, mas sim quem paga mais e quem paga menos em proporção à sua renda. Quando a maior parte dos recursos vem de impostos sobre o consumo — presentes em alimentos, roupas, remédios e serviços básicos — o peso recai desproporcionalmente sobre os mais pobres, que acabam destinando uma fatia maior de sua renda para o pagamento de tributos. Esse fenômeno aprofunda as desigualdades e compromete a ideia de equidade fiscal.

Ao contrário, modelos de arrecadação mais justos priorizam tributos sobre a renda e o patrimônio, cobrando mais de quem tem maior capacidade contributiva. Essa lógica está presente no princípio da justiça fiscal, que orienta o Estado a equilibrar a distribuição dos recursos. Quando bem aplicada, a arrecadação se torna uma ferramenta de redistribuição, ajudando a reduzir as diferenças sociais históricas e promovendo mais oportunidades de acesso a direitos básicos.



Podemos imaginar o sistema de arrecadação como uma balança. Em um prato, estão os impostos sobre consumo, que pesam mais para quem tem menos. No outro, os impostos sobre renda e patrimônio, que pesam mais para quem tem mais condições de contribuir. Quando a balança pende exageradamente para um lado, cria-se injustiça social; quando está equilibrada, promove-se a solidariedade e a igualdade de oportunidades. Essa metáfora ajuda a compreender que arrecadar tributos não é apenas juntar dinheiro, mas decidir como a sociedade distribui responsabilidades.

Essa discussão se conecta diretamente ao cotidiano dos jovens. Ao comprar um lanche, abastecer o celular com crédito ou adquirir roupas, o tributo está embutido no preço. Para famílias de baixa renda, esses valores representam uma parcela significativa do orçamento doméstico. Já para pessoas com maiores rendimentos, o impacto percentual é menor. Por isso, compreender como funciona a arrecadação é fundamental para que os cidadãos possam cobrar políticas públicas que tornem o sistema mais equilibrado.

Ao mesmo tempo, é importante reforçar que o problema não está em pagar tributos, mas em garantir que a arrecadação seja aplicada de forma justa e eficiente. Quando os recursos retornam em serviços públicos de qualidade, o peso da contribuição é compensado por direitos garantidos. O desafio é criar mecanismos de arrecadação que respeitem a capacidade econômica dos cidadãos, ao mesmo tempo em que assegurem a manutenção das políticas sociais.

Essa reflexão mostra que a arrecadação é também uma escolha política. Decidir cobrar mais sobre consumo ou sobre renda, isentar certos setores ou priorizar outros, são decisões que refletem a visão de sociedade de cada governo. A cidadania fiscal exige que os cidadãos compreendam essas escolhas, para que possam cobrar maior equilíbrio e justiça.



## Atividade

### **Procedimental – Situacional – Quem paga essa conta?**

Leia as três situações:

- 1- Um estudante compra uma mochila nova e paga imposto embutido no preço.

2- Um empresário compra dez mochilas para revenda e deduz parte do valor nos impostos.

3- Um turista estrangeiro recebe de volta o imposto cobrado em suas compras ao sair do país.

Perguntas:

1- Em qual caso o peso do tributo é maior proporcionalmente?

2- Por que nem sempre o imposto é cobrado da mesma forma para todos?

3- Escreva uma proposta para tornar a cobrança mais justa entre as pessoas.

### **1.3 De onde vem e para onde vai o dinheiro dos serviços que usamos**

Muitas vezes, utilizamos serviços públicos como escolas, hospitais, transporte ou iluminação das ruas sem nos perguntar de onde vem o dinheiro que os mantém. Esse distanciamento entre o pagamento de tributos e a oferta dos serviços gera a sensação de que os recursos aparecem de forma espontânea, quando, na verdade, são fruto de uma arrecadação coletiva. Cada imposto pago em compras, na renda ou em taxas específicas compõe o orçamento que financia esses serviços, mostrando que nada é gratuito: tudo é sustentado pelo esforço da sociedade.

A compreensão desse ciclo é fundamental para fortalecer a cidadania fiscal. Quando os cidadãos entendem que o atendimento em um hospital, a merenda escolar ou a coleta de lixo são financiados por tributos, passam a enxergar esses serviços não como favores do Estado, mas como direitos conquistados pela contribuição coletiva. Isso muda a perspectiva da relação entre sociedade e governo: em vez de depender da boa vontade de gestores, reconhece-se que o cidadão tem legitimidade para cobrar qualidade, eficiência e transparência.

No cotidiano dos jovens, esse ciclo pode ser observado em exemplos simples. O lanche comprado na cantina gera tributos que ajudam a financiar o transporte escolar. A conta de internet paga em casa também tem impostos que retornam em políticas de inclusão digital. Até mesmo o ingresso de um show contribui para os cofres públicos, recursos que podem ser destinados à manutenção de praças e espaços culturais. Entender essas conexões ajuda a enxergar que a vida cotidiana está entrelaçada com o ciclo arrecadação–serviço público.

Tributo no dia a dia	Serviço financiado
Compra de um lanche	Recursos para o transporte escolar
Conta de energia elétrica	Manutenção da rede elétrica pública
Recarga de celular	Programas de inclusão digital
Compra de remédio	Financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS)
Ingresso de show ou cinema	Investimentos em cultura e manutenção de espaços públicos
Conta de água	Serviços de saneamento básico

Essa visão também fortalece a responsabilidade cidadã. Se o dinheiro dos serviços que usamos vem da contribuição de todos, desperdiçá-los ou usá-los de forma indevida significa desrespeitar o esforço coletivo. Preservar os equipamentos públicos, valorizar os profissionais que os mantêm e cobrar uma gestão eficiente são formas de garantir que os recursos sejam bem aplicados e retornem em benefícios reais para a população.

É importante destacar, ainda, que acompanhar para onde vai o dinheiro é tão importante quanto saber de onde ele vem. Transparência e controle social garantem que os recursos sejam destinados às áreas prioritárias e que não se percam em má gestão ou corrupção. Por isso, a cidadania fiscal não se encerra no pagamento de tributos: ela se completa quando os cidadãos acompanham, questionam e participam das decisões sobre a aplicação dos recursos.



## Na prática

Ao consultar o portal de transparência do seu município, é possível verificar quanto foi arrecadado em impostos locais e como esse valor foi aplicado em áreas como educação, saúde e infraestrutura. Isso permite ao cidadão compreender o ciclo completo do dinheiro público.



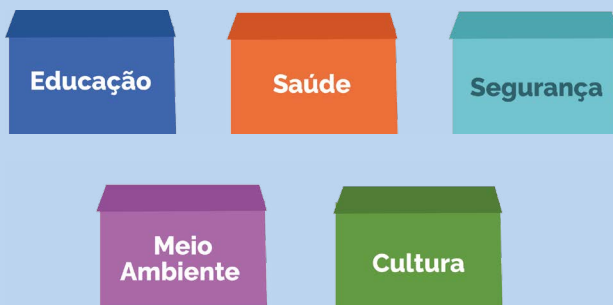
## Atividade

### Lúdica – O quebra-cabeça do dinheiro público.

Imagine que o governo tem um cofre com 100 peças (representando recursos). Essas peças precisam ser distribuídas entre cinco setores: educação, saúde, segurança, meio ambiente e cultura.

Tarefas:

a) Distribua as 100 peças entre os cinco setores de acordo com o que você considera prioritário.



b) Justifique sua escolha: quais áreas você colocou mais peças e por quê?

---

---

---

c) Quando possível, compare com um colega: suas prioridades foram iguais?

---

---

d) Agora reflita: o que muda se o governo prioriza de forma diferente da sociedade?

---

---

---

## 2. Propostas para uma cultura fiscal cidadã

Falar de Educação Fiscal não significa apenas compreender como os tributos funcionam ou como os recursos são aplicados. É também pensar em formas de estimular atitudes e comportamentos que fortaleçam uma cultura de responsabilidade coletiva, transparência e solidariedade. Uma sociedade com consciência fiscal é mais preparada para exigir seus direitos, cumprir seus deveres e transformar o espaço público em um lugar de confiança e justiça.

Nesse sentido, construir uma **cultura fiscal cidadã** depende de iniciativas que aproximem a população — em especial os jovens — das práticas de acompanhamento, fiscalização e valorização dos tributos. Quanto mais cedo essas práticas forem incorporadas à rotina, maiores serão as chances de consolidar gerações comprometidas com a cidadania e a ética na vida pública.

## 2.1 Iniciativas de mobilização juvenil

A juventude tem um papel fundamental na consolidação de uma cultura fiscal cidadã. Por estarem em constante contato com processos de aprendizagem, tecnologia e inovação, os jovens podem ser protagonistas de iniciativas que estimulam a valorização dos tributos e o acompanhamento do orçamento público. Essa mobilização não deve ser vista apenas como um complemento escolar, mas como parte da formação integral do cidadão do século XXI.

Um exemplo de mobilização juvenil ocorre em **projetos escolares**, quando estudantes são convidados a investigar como o município aplica os recursos arrecadados e a propor melhorias para a comunidade. Essa prática, muitas vezes realizada em forma de feiras, debates ou campanhas, desperta o senso de pertencimento e mostra que a cidadania fiscal não é abstrata, mas uma construção coletiva que começa no bairro e na escola.

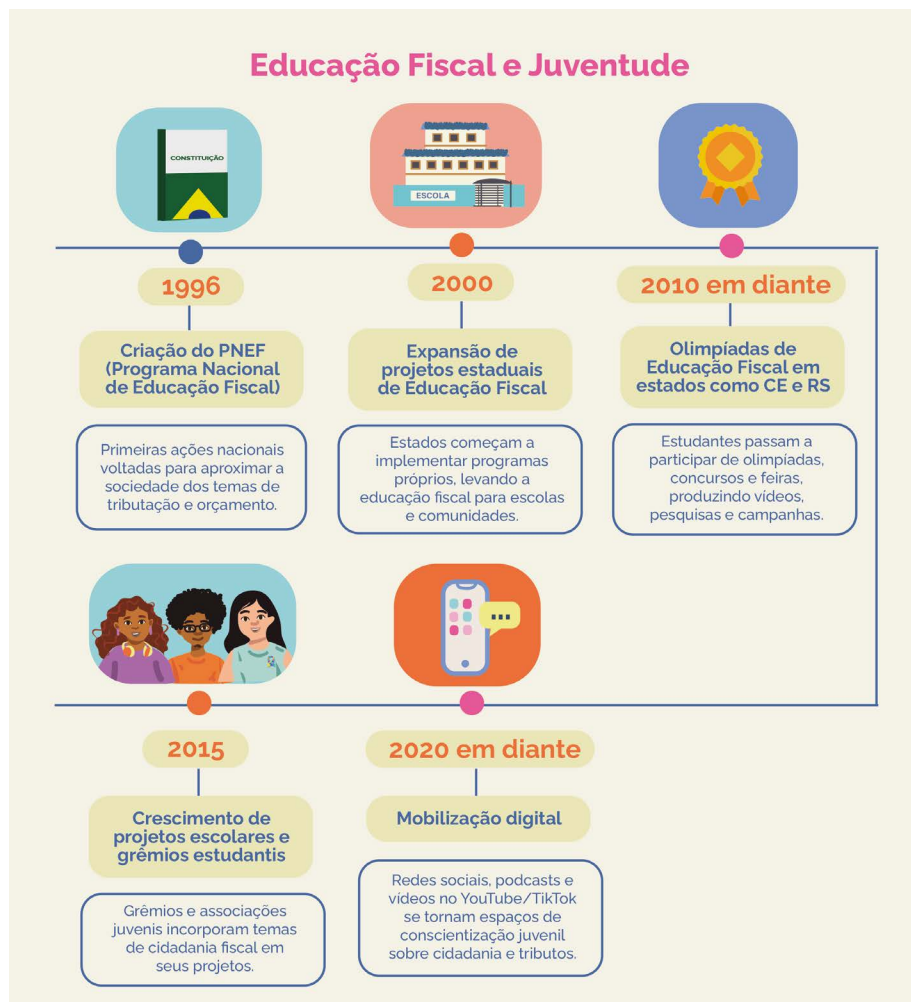
Podemos comparar a mobilização juvenil a uma **faisca que acende uma fogueira**. Um pequeno grupo de estudantes engajados pode inspirar colegas, familiares e vizinhos, criando uma corrente de conscientização que se espalha pela comunidade. Assim como uma fogueira ilumina um espaço maior a partir de uma centelha inicial, as iniciativas dos jovens podem ampliar a cultura fiscal e fortalecer a democracia.

As redes sociais também são ferramentas importantes para essa mobilização. Campanhas digitais, produção de vídeos educativos, podcasts e memes sobre o uso correto do dinheiro público tornam o tema mais próximo da linguagem jovem e ajudam a ampliar o alcance das mensagens. A criatividade da juventude, quando conectada ao tema da educação fiscal, pode transformar um assunto considerado “complexo” em algo envolvente e acessível.

Outro espaço essencial de mobilização são os **grêmios estudantis e as associações juvenis**, que podem incorporar o tema da educação fiscal em seus projetos. Quando os jovens assumem a responsabilidade de discutir o orçamento escolar, prioridades de investimento ou até campanhas de consumo consciente, estão exercendo, na prática, o controle social e aprendendo a valorizar os recursos coletivos.

Além disso, iniciativas de voluntariado e participação comunitária fortalecem a percepção de que o cuidado com os bens públicos é parte da cidadania. Ao organizar mutirões, acompanhar a manutenção

de equipamentos da escola ou da comunidade e propor soluções para problemas locais, os jovens transformam teoria em prática, consolidando a ideia de que cada ação individual influencia o coletivo.



Por fim, a mobilização juvenil contribui para que as novas gerações internalizem a noção de que a educação fiscal não é um tema distante, mas parte da vida cotidiana. Quando os jovens se tornam multiplicadores dessa consciência, ajudam a construir uma sociedade mais justa, solidária e participativa, onde o respeito aos tributos e a fiscalização do uso do dinheiro público são práticas incorporadas ao dia a dia.



## Você sabia?

Diversos estados e municípios já promovem olimpíadas e projetos de Educação Fiscal voltados para estudantes, incentivando a produção de pesquisas, vídeos e campanhas de conscientização sobre cidadania fiscal.



## Atividade

### **Reflexiva – “Minha Semana Fiscal”.**

Durante cinco dias, registre no seu “diário fiscal” situações do cotidiano em que o dinheiro público está presente (direta ou indiretamente).

1- Observe e anote: onde há uso de recursos públicos? (exemplo: escola, posto de saúde, transporte, iluminação, coleta de lixo).

2- Registre uma ação sua ou da comunidade que ajude a preservar, fiscalizar ou melhorar esse serviço.

3- Ao final da semana, escreva uma breve reflexão:

“O que percebi sobre o papel do cidadão na gestão dos recursos públicos?”


## 2.2 Campanhas educativas e mídias sociais

As campanhas educativas são ferramentas fundamentais para aproximar a Educação Fiscal da sociedade. Elas traduzem conceitos muitas vezes técnicos em mensagens simples, visuais e acessíveis, capazes de atingir diferentes públicos. Quando bem planejadas, essas campanhas não apenas informam, mas também sensibilizam e inspiram mudanças de comportamento. No caso dos jovens, é ainda mais importante que as campanhas dialoguem com a linguagem e os espaços que eles utilizam diariamente, como as mídias sociais.

As **redes sociais** transformaram a forma como a informação circula. Vídeos curtos, memes, podcasts e posts interativos conseguem alcançar milhares de pessoas em questão de minutos, levando reflexões que antes ficavam restritas a salas de aula ou palestras formais. Esse potencial pode ser usado para criar campanhas de educação fiscal que sejam criativas, envolventes e capazes de gerar debate. Quando a mensagem chega em um formato atrativo, ela tem mais chance de se transformar em atitude prática.

Exemplos de campanhas bem-sucedidas incluem concursos de vídeos ou memes sobre o uso correto dos tributos, desafios no estilo “TikTok” que mostram a importância de pedir a nota fiscal, ou séries de postagens que explicam de onde vem e para onde vai o dinheiro dos serviços públicos. Esses formatos aproximam a Educação Fiscal do humor, da criatividade e da linguagem jovem, evitando a percepção de que se trata de um tema pesado ou distante.

Ao mesmo tempo, é importante destacar que as campanhas não devem ser apenas informativas, mas também **interativas**. Quanto mais espaço houver para a participação dos jovens — seja criando conteúdos, comentando, votando ou compartilhando — maior será o impacto. A construção de uma cultura fiscal cidadã precisa ser coletiva, e as mídias sociais oferecem justamente essa possibilidade de engajamento horizontal.

Por fim, o uso das mídias digitais para campanhas educativas fortalece a ideia de que a cidadania fiscal é uma prática cotidiana. Ao transformar o conteúdo em mensagens curtas, visuais e virais, o tema se torna presente em conversas, grupos de amigos e até em movimentos culturais. O desafio é garantir que essas campanhas sejam consistentes, responsáveis e conectadas às realidades locais, para que inspirem verdadeiras mudanças sociais.



## Na prática

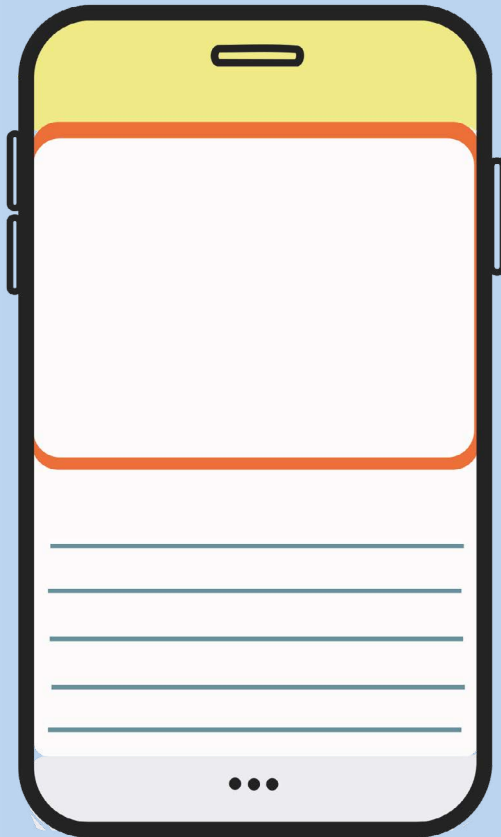
Imagine uma campanha no Instagram em que jovens produzem *reels* mostrando como pedir a nota fiscal em diferentes situações do dia a dia, usando humor e criatividade. Além de informar, a ação gera identificação e pode se espalhar rapidamente, ampliando o alcance da mensagem.



## Atividade

### **Criativa – Um post pela cidadania fiscal.**

Crie uma postagem para rede social (texto e imagem) explicando por que os tributos são importantes.



Orientações:

- Use linguagem simples e criativa;
- Inclua *hashtags* como #EducaçãoFiscal #CidadaniaAtiva;
- Aponte um exemplo concreto de retribuição (exemplo: impostos → hospital, escola, iluminação).

Pergunta:

1- Por que é importante comunicar a educação fiscal de forma acessível nas redes?


## 2.3 Ética no consumo, no voto e nas escolhas públicas

A construção de uma cultura fiscal cidadã não depende apenas de leis ou instituições: ela está diretamente relacionada às escolhas éticas que cada cidadão faz no dia a dia. Essas escolhas podem se manifestar de diferentes formas — no consumo, no exercício do voto e na participação em decisões coletivas. Em todos esses contextos, agir com ética significa considerar não apenas os interesses individuais, mas também o impacto que nossas ações geram para a sociedade como um todo.

No campo do **consumo**, a ética está em valorizar empresas e serviços que cumprem suas obrigações fiscais e sociais. Optar por pedir a nota fiscal, evitar o incentivo à informalidade e escolher produtos que respeitam normas ambientais e trabalhistas são atitudes

que fortalecem a coletividade. Cada decisão de compra é também uma decisão política: ela indica que tipo de práticas queremos estimular na economia e na sociedade.

Já no exercício do **voto**, a ética se manifesta na responsabilidade de escolher candidatos comprometidos com a transparência, a integridade e o uso responsável dos recursos públicos. O voto não deve ser visto apenas como um direito individual, mas como um ato de impacto coletivo, capaz de direcionar o futuro das políticas sociais, econômicas e ambientais. Votar de forma consciente é reconhecer que a gestão do dinheiro público depende da seriedade e do compromisso dos representantes escolhidos.

Podemos comparar essas escolhas éticas a um **farol em uma estrada escura**. Sem ele, a direção se torna incerta e cheia de riscos; com ele, o caminho se ilumina e se torna mais seguro para todos. Da mesma forma, agir com ética no consumo, no voto e nas decisões públicas ilumina o caminho coletivo, tornando a sociedade mais justa, transparente e solidária.

A ética nas escolhas públicas também se relaciona à forma como cada cidadão participa da vida comunitária. Apoiar conselhos, frequentar audiências, respeitar regras coletivas e cobrar de forma responsável são práticas que reforçam a legitimidade das instituições. Quando a sociedade age eticamente, cria-se um ambiente de confiança mútua, essencial para que o controle social e a Educação Fiscal tenham efeito prático.

É importante destacar que agir eticamente nem sempre significa seguir o caminho mais fácil. Muitas vezes, envolve abrir mão de vantagens imediatas em nome de benefícios maiores para a coletividade. Ao escolher o que é justo em vez do que é apenas conveniente, o cidadão demonstra maturidade democrática e contribui para consolidar valores de honestidade e solidariedade que sustentam a vida em comunidade.



### Para refletir

Quando você compra, vota ou participa de decisões coletivas, está pensando apenas no que é melhor para você ou também no impacto que sua escolha tem na sociedade?



## Atividade

### O que minhas escolhas dizem sobre mim?

Leia os exemplos:

1. Comprar produtos de origem duvidosa.
2. Votar em troca de vantagens pessoais.
3. Valorizar empresas que cumprem suas obrigações fiscais.

Tarefa:

- 1- Explique o impacto social de cada atitude.

---

---

---

---

---

- 2- Escreva uma frase que resuma sua postura cidadã:

---

---

---

---

---

“Ser ético no consumo e nas escolhas públicas significa...”.

---

---

---

---



## Fechamento da Unidade 4

A Educação Fiscal, quando conectada ao cotidiano, deixa de ser um tema distante e abstrato para se tornar uma ferramenta concreta de transformação social. Ao compreender que cada compra, cada escolha de consumo e cada decisão política estão diretamente relacionadas ao funcionamento do Estado, os cidadãos se percebem como protagonistas na construção de uma sociedade mais justa. Essa percepção é essencial para que o pacto coletivo em torno dos tributos se fortaleça e se traduza em mais direitos e oportunidades.

Um dos maiores aprendizados é perceber que não existem serviços públicos “gratuitos”: todos são financiados pelo esforço coletivo da sociedade. Reconhecer esse vínculo entre arrecadação e políticas públicas permite que cada cidadão compreenda o valor de práticas simples, como pedir a nota fiscal, fiscalizar gastos e cobrar resultados. Quando essas ações entram para a rotina, criam uma cultura fiscal baseada na responsabilidade, na transparência e na ética.

Outro ponto central é a ideia de que a Educação Fiscal ultrapassa o campo econômico. Ela envolve também valores sociais, como solidariedade, respeito e justiça. Ao consumir de forma consciente, votar de forma responsável e participar das decisões coletivas, os cidadãos demonstram que se importam com a qualidade da vida pública e com o bem-estar de todos. A cultura fiscal cidadã é, portanto, uma expressão de compromisso com a coletividade.

A juventude tem um papel decisivo nesse processo. Ao se apropriar do tema em escolas, comunidades e redes sociais, os jovens podem ser multiplicadores de uma nova mentalidade, disseminando práticas que valorizam o interesse público. Mais do que aprender conceitos, eles podem inspirar famílias e comunidades a agir de forma mais responsável e participativa. A educação fiscal se transforma, assim, em um movimento intergeracional, capaz de renovar a democracia.

Por fim, a Educação Fiscal no cotidiano nos mostra que a cidadania vai além de exigir direitos: ela exige corresponsabilidade. A verdadeira transformação ocorre quando as escolhas individuais se alinham aos valores coletivos, iluminando o caminho para um futuro mais justo, transparente e solidário. Nesse processo, cada gesto importa — e cada cidadão tem o poder de fortalecer a democracia por meio de suas atitudes.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm). Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8142.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm). Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, de que trata o § 5º do artigo 150 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12741.htm). Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Coleção Olho Vivo – Controle Social e Cidadania**. 3. ed. Brasília, DF: CGU, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/orientacoes-aos-cidadaos/arquivos/olho-vivo-controle-social-e-cidadania.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Plataforma Fala.BR**: sistema de ouvidoria e acesso à informação. Brasília, DF: CGU, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica/falabr>. Acesso em: 23 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: BNCC. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Fazenda; Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF**. Brasília, DF: ESAF, 2014. Disponível em: <https://www.educacaofiscal.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/folder-institucional-pnef.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Nota Fiscal e Cidadania**. Brasília, DF: RFB, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal>. Acesso em: 17 ago. 2025.

BRASIL. Secretaria de Estado de Fazenda (Minas Gerais). **Trilha de Educação Fiscal**: módulos 1 a 4. Belo Horizonte: SEFAZ. Disponível em: [https://www.fazenda.mg.gov.br/cidadaos/educacao\\_fiscal/trilha-de-educacao-fiscal/](https://www.fazenda.mg.gov.br/cidadaos/educacao_fiscal/trilha-de-educacao-fiscal/). Acesso em: 15 ago. 2025.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de direito financeiro**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

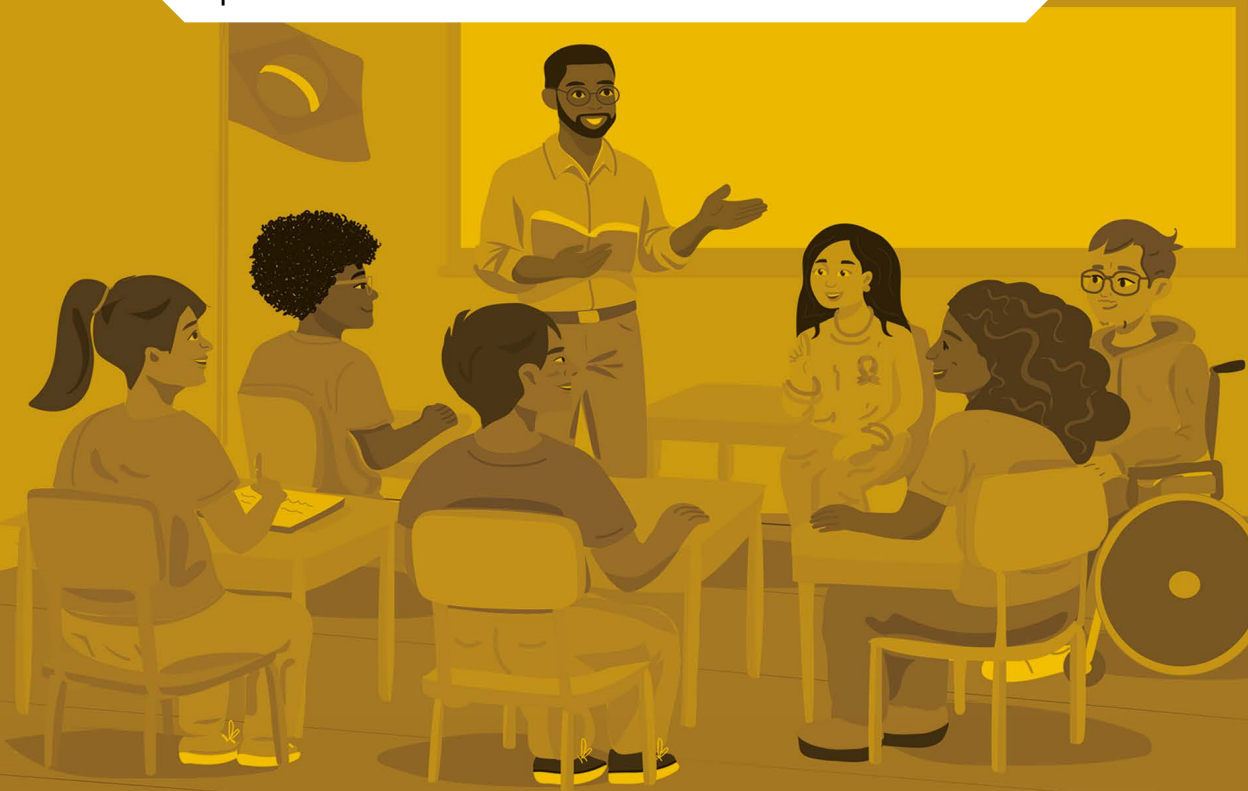
SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 38. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.



Este livro foi composto com tipografia Arial, impresso em Policromia, papel Offset LD, gramatura 75, Alta Alvura, em maio de 2026. Produzido e impresso no Brasil.



Este material didático resulta de uma iniciativa pioneira entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE) e o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz). A proposta é oferecer uma disciplina eletiva a estudantes do ensino fundamental da rede pública, fortalecendo a formação cidadã e ampliando a participação dos jovens como protagonistas na construção de uma sociedade democrática. Nesse contexto, a gestão pública é apresentada como um compromisso das lideranças políticas, orientado por princípios como ética, competência técnica, equidade e sustentabilidade.



EDIÇÕES  
IPC



Realização:



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



Apoio: